

RELATÓRIO E CONTAS 2018



ÁGUAS DE
ABASTECIMENTO



ÁGUAS
RESIDUAIS



RESÍDUOS URBANOS
E LIMPEZA URBANA



ESTACIONAMENTO



OCUPAÇÃO DA
VIA PÚBLICA

ÍNDICE

PRINCIPAIS INDICADORES	5
GOVERNO DA SOCIEDADE	
Visão	9
Missão	9
Valores	9
Atribuições	10
Política Integrada de Gestão de Qualidade, Segurança e Ambiente	11
Considerações Gerais	12
Clientes	13
Águas de Abastecimento	15
Águas Residuais	17
Resíduos Urbanos	17
Espaços Públicos	18
Orientações Estratégicas e Indicadores de Desempenho	19
Indicadores de Desempenho	23
Recursos Humanos	27
Situação Económica e Financeira	29
Evolução Previsível da Empresa	30
Agradecimentos	30
Proposta de Aplicação de Resultados	31
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
Balanço	35
Demonstração de Resultados por Naturezas	36
Demonstração das Alterações no Capital Próprio	37
Demonstração dos Fluxos de Caixa	38
Anexo às Demonstrações Financeiras	39
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	59
APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL	67

PRINCIPAIS INDICADORES

ÁREAS	UNIDADE	2018	2017
OPERACIONAL			
CLIENTES	nº	49 688	49 082
ABASTECIMENTO ÁGUA (AA)			
Acessibilidade física ao serviço	%	98	98
Adesão ao serviço	%	94,90	93,70
Qualidade da água	%	99,85	99,54
Água entrada no sistema	m3	7 359 393	7 622 839
Água faturada	m3	5 668 846	5 640 197
Água não faturada	m3	1 690 547	1 982 642
Taxa de água não faturada	%	22,97	26,01
SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS (AR)			
Acessibilidade física ao serviço	%	96	98
Adesão ao serviço	%	96	93,80
Águas residuais tratadas	m3	5 477 863	5 374 542
Destino adequado das AR recolhidas	%	100	100
RESÍDUOS URBANOS (RU)			
Acessibilidade física ao serviço	%	84,30	84,44
RU depositados em aterro	ton	30 835	30 636
Taxa de reciclagem	%	27,43	25,78
RECURSOS HUMANOS			
Colaboradores	nº	374	377
Taxa de absentismo	%	8,90	9,80
Índice de incidência de acidentes de trabalho	-	53,62	83,11
Índice de frequência de acidentes de trabalho	-	31,73	50,85
Índice de gravidade de acidentes de trabalho	-	0,41	0,81
INVESTIMENTO			
Investimento realizado no período	euros	2 199 779	2 055 481,84
ECONOMIA E FINANÇAS			
Volume de negócios	euros	23 088 709	23 179 459
EBITDA	euros	4 583 868	5 942 569
Resultado operacional (EBIT)	euros	1 450 156	2 976 645
Impostos	euros	309 685	695 710
Resultado líquido	euros	1 140 471	2 281 331
Cash-Flow (caixa gerada pelas operações)	euros	6 420 783	7 839 052
Margem EBITDA	%	19,85	26,10
Autonomia Financeira	%	80,31	80,28
Rentabilidade dos capitais próprios	%	2,64	5,24
Prazo médio de pagamento	nº dias	54	38

GOVERNO DA SOCIEDADE



ÁGUAS DE
ABASTECIMENTO



ÁGUAS
RESIDUAIS



RESÍDUOS URBANOS
E LIMPEZA URBANA



ESTACIONAMENTO



Ocupação da
VIA PÚBLICA

VISÃO

A EMARP - Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão, EM, SA, (adiante designada por EMARP), enquadrada no setor empresarial local do Município de Portimão, pretende ser uma organização de excelência e uma referência nas áreas em que atua.

MISSÃO

EMARP tem por Missão a gestão de serviços de interesse geral e promoção do desenvolvimento local e regional, tal como definido no Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local, nos domínios:

- » da gestão dos sistemas públicos de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público;
- » da gestão dos sistemas de saneamento de águas residuais urbanas;
- » da gestão dos sistemas de recolha e deposição de resíduos urbanos;
- » da limpeza e a higiene pública;
- » da gestão e fiscalização da atividade publicitária e da ocupação de via pública ;
- » da gestão do sistema de estacionamento público urbano;
- » da gestão e apoio à operação de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área da educação, ação social e cultura

VALORES

A EMARP rege-se pelos seguintes valores:

- » Rigor na gestão;
- » Inovação;
- » Transparência;
- » Equidade;
- » Responsabilidade Social e Ambiental.

ATRIBUIÇÕES

1. No âmbito do seu objeto, constituem atribuições da EMARP:

- a) Assegurar a conceção, construção e aquisição de todos os equipamentos do sistema de abastecimento de água para consumo público, bem como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção;
- b) Desenvolver o conjunto de ações que visam a caracterização, a promoção e a manutenção da qualidade da água;
- c) Promover uma melhoria contínua da qualidade das águas através de planos e programas a desenvolver com essa finalidade;
- d) Tomar as providências necessárias para prevenir ou eliminar qualquer situação suscetível de pôr em risco a saúde pública e a qualidade da água;
- e) Adotar as medidas necessárias para assegurar uma melhoria contínua da qualidade do abastecimento de água, através de planos de ação que integrem programas de manutenção, de recuperação e ampliação dos sistemas existentes e de construção de novos sistemas de abastecimento;
- f) Assegurar a conceção e construção de todos os equipamentos necessários à recolha, tratamento e rejeição de efluentes canalizados, incluindo a instalação de condutas, a conceção e construção de estações elevatórias e de tratamento, e a respetiva reparação e renovação de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigidos;
- g) Desenvolver um conjunto de ações que visem assegurar, de forma regular, contínua e eficiente a recolha, tratamento e rejeição de efluentes canalizados;
- h) Providenciar quanto à limpeza e higiene pública urbana e das zonas balneares do Município de Portimão;
- i) Proceder à remoção de resíduos urbanos produzidos na área do Município de Portimão, assegurando simultaneamente o seu destino final;
- j) Promover estudos visando a aplicação de novas tecnologias e métodos de tratamento de águas, efluentes e resíduos sólidos;
- k) Gerir e fiscalizar o sistema de estacionamento em estrutura subterrânea, em silo ou em superfície;
- l) Gerir e fiscalizar a atividade publicitária, e de ocupação de via pública no município de Portimão;
- m) Desenvolver os processos de licenciamento e fiscalização da atividade publicitária em conformidade com o respetivo regulamento municipal;
- n) Desenvolver os processos de licenciamento e fiscalização da ocupação da via pública em conformidade com o respetivo regulamento municipal;
- o) Fiscalizar nos termos previstos no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro, e no Decreto-Lei 327/98 de 2 de novembro, alterado pela Lei n.º 99/99, de 26 de julho, no tocante à fiscalização do cumprimento das disposições do código da estrada e legislação complementar relativas ao estacionamento, nas áreas definidas pelo Município de Portimão;
- p) Gerir e apoiar a operação de infraestruturas culturais, desportivas, educativas e de lazer e prestar serviços na área da educação, ação social e cultural.

2. As obras e os trabalhos promovidos pela EMARP no âmbito das suas atribuições ficam dispensados de licenciamento municipal desde que previamente comunicadas à Câmara Municipal de Portimão.

POLÍTICA INTEGRADA DE GESTÃO DE QUALIDADE, SEGURANÇA E AMBIENTE

A Administração da EMARP assume o compromisso na adoção de uma Política Integrada de Gestão de Qualidade, Segurança e Ambiente através da definição de objetivos e metas, em consonância com os princípios orientadores aprovados pela empresa, envolvendo os seus colaboradores na sua prossecução, com vista à melhoria contínua, através:

- » do empenho na plena satisfação dos seus clientes, fornecedores, colaboradores e comunidade envolvente;
- » do cumprimento e aplicação do preceituado nas normas legais aplicáveis a todas as atividades da empresa, bem como outras que a empresa entenda subscrever no sentido da implementação de boas práticas;
- » da dotação dos recursos necessários à promoção da melhoria do desempenho dos seus processos;
- » da promoção da prevenção da poluição, através da deteção atempada da natureza e da escala dos impactes ambientais da sua atividade;
- » da aplicação de boas práticas para a preservação e conservação de recursos, usando-os de forma racional, minimização da produção de resíduos e implementação de práticas amigas do ambiente, promovendo a sua sustentabilidade;
- » da garantia aos seus colaboradores de condições de trabalho adequadas e sustentáveis com o objetivo da prevenção da sinistralidade laboral, bem como de doenças profissionais, minimizando os impactes na saúde física, mental e psicossocial dos colaboradores, mediante identificação de perigos, a avaliação e a adoção de medidas de minimização dos riscos profissionais associados; apostando na sensibilização e formação contínua e na prevenção de acidentes nas atividades e processos que desenvolve;
- » da valorização dos seus colaboradores, fomentando o alargamento e desenvolvimento de conhecimentos e competências individuais, através da promoção da formação contínua e atualização técnica específica, adaptada às suas tarefas e responsabilidades;
- » da garantia da melhoria na qualidade dos serviços prestados, concretizado na definição, aprovação e implementação de objetivos e metas, por forma a aumentar a confiança dos utilizadores do sistema;
- » do envolvimento para com a comunidade em que se insere através da cooperação ativa e solidária com a sociedade civil e as instituições e organismos locais e regionais.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

O ano de 2018 fica marcado pela entrada em funcionamento da nova ETAR (Estação de Tratamento das Águas Residuais) da Companheira, da responsabilidade do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, gerido pela empresa Águas do Algarve, SA.

Recorde-se que Portimão foi o último concelho a integrar o Sistema, fazendo-o na convicção de que iria ser construída brevemente a nova ETAR. Finalmente, 11 anos depois do compromisso assumido a infraestrutura entrou ao serviço, o que irá contribuir significativamente para a melhoria ambiental da população de Portimão e dos concelhos vizinhos, bem como o cumprimento dos indicadores de descarga para o rio Arade.

Agora, a expectativa é que as Águas do Algarve avancem com o projeto do tratamento terciário da água tratada na Companheira, possibilitando o seu aproveitamento e reutilização na rega de espaços verdes, não só públicos mas também dos privados.

Como regra, o volume de água residual rejeitada é sempre inferior ao volume de água de abastecimento recebido, pois, por exemplo, as regas não contribuem para o volume de esgoto. No entanto, o que se verifica é que o Sistema Multimunicipal fatura um volume de água residual superior ao volume de água recebida para consumo público na nossa rede de distribuição. A explicação para esta situação anómala está na entrada da água do mar e da água das chuvas nas condutas de saneamento.

Esta intrusão de água salina e das águas pluviais acontece tanto na rede de recolha em baixa da EMARP como nos interceptores, condutas e estações elevatórias de águas residuais exploradas pelo Sistema Multimunicipal, pelo que se está a estudar a forma de controlar o problema.

Internamente, é de salientar que em 2018 verificou-se uma redução das perdas de água na ordem dos 3 pontos percentuais. Esta redução pode estar relacionada com múltiplos e diversos fatores, sem que algum deles possa ser indicado como determinante.

Conforme se tem constatado na análise de caracterização aos consumos debitados e não debitados, as maiores perdas verificam-se nos meses de mais baixo consumo, coincidindo com o aumento de pressão a que estão sujeitas as redes adutoras e de distribuição. Neste sentido foram efetuadas algumas modificações na rede de distribuição e na adução gravítica a partir dos reservatórios.

Foram igualmente efetuadas pequenas obras de reforço por forma a assegurar o fornecimento a determinadas zonas onde a água distribuída chegava sem pressão aos andares de edifícios mais altos.

Dentro do programa de renovação de redes de água e saneamento concluímos as obras na Mexilhoeira Grande e na Urbanização dos Três Bicos, incluindo a pavimentação integral dos arruamentos.

Ainda no âmbito da atuação dos Sistemas Multimunicipais, de referir que a Algar SA, responsável pela recolha de resíduos valorizáveis, em 2018 e mais uma vez, teve um comportamento dececionante.

Com efeito, e especialmente na época balnear quando o concelho recebe milhares de turistas, foi recorrente a acumulação dos reciclados juntos às ilhas ecológicas, originando situações pouco agradáveis e recorrentes reclamações junto da EMARP, apesar da informação prestada de que somos alheios à gestão deste tipo de resíduos.

Nos resíduos urbanos completou-se a renovação da frota de recolha, através da aquisição de quatro novos veículos de recolha, já equipados com um programa de gestão inteligente para definição de circuitos de recolha.

Foi iniciado o estudo para uma parceria com a empresa Algar, no sentido da EMARP passar a assumir a recolha da parcela dos resíduos urbanos biodegradáveis (RUB), contribuindo assim para que sejam atingidas as metas de redução das deposições em aterro.

No que concerne aos espaços públicos sob gestão da EMARP, o estacionamento na zona da Praia da Rocha registou 120 mil utilizadores à superfície e cerca de 26 mil no parque subterrâneo.

Também se registou um aumento significativo das ações de fiscalização relacionadas com a atividade publicitária e da ocupação da via pública, no sentido de ordenar e organizar a utilização privada dos espaços públicos.

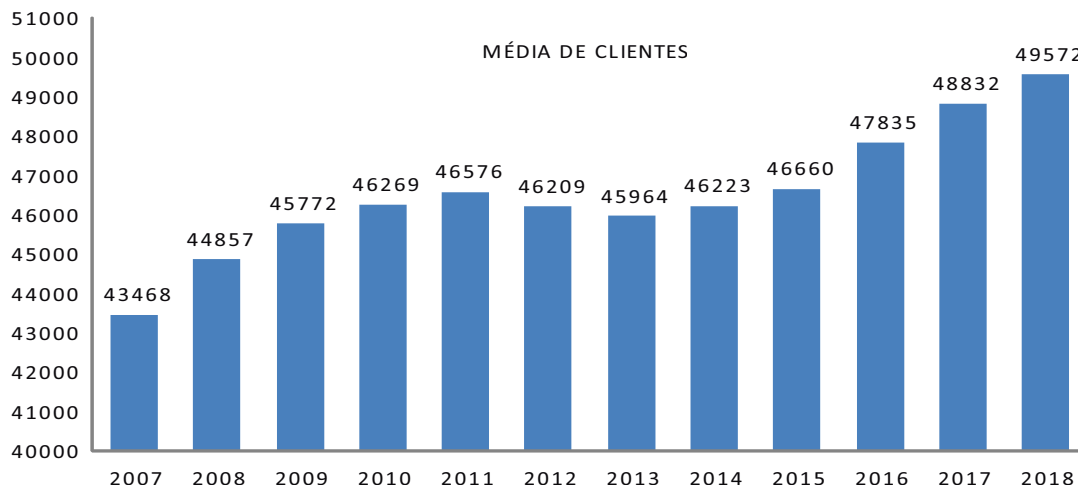
No âmbito da relação com o cliente, além do reforço da sensibilização e educação ambiental junto da população escolar, destaca-se a criação da área do cliente na página da internet. De referir também o lançamento da campanha “Beba Água da Torneira” e de uma parceria com a Associação Oncológica do Algarve, no sentido de envolver os nossos clientes em ações de responsabilidade social.

Como empresa com responsabilidades na área do ambiente, a EMARP realizou uma parceria com um investidor

privado, selecionado no âmbito de um concurso público, e instalou 1.684 painéis fotovoltaicos nos depósitos de água da Boavista, Bemposta, Amoreira e Alto Pacheco. No seu conjunto, estas instalações têm uma produção anual prevista de 850.000 kWh de uma energia limpa que é disponibilizada à rede elétrica nacional, com potencial para abastecer cerca de 230 habitações.

CLIENTES

A EMARP encerrou o ano de 2018 com 49.688 de Água de Abastecimento (AA), 48.825 de Águas Residuais (AR) e 49.097 clientes de Resíduos Urbanos (RU). Estes números colocam a empresa na fronteira entre as 50 entidades gestoras que têm de 20 mil a 50 mil clientes (e que são 18% do total) e as 12 (4%) que têm mais de 50 mil clientes. Como curiosidade, a maioria (60% ou seja, 166) tem menos de 10 mil clientes.



A maioria dos nossos clientes (75,3%) reside na freguesia de Portimão, repartindo-se os restantes por Alvor (20,8%) e Mexilhoeira Grande (3,9%).

Para garantir uma maior acessibilidade a um elemento tão essencial como a água, desde o início do ano de 2018 que não é cobrada qualquer importância para efetuar um contrato de fornecimento de serviços ambientais (AA, AR e RU) com a EMARP.

Esta situação de gratuidade na ligação articulada com a penalização das religações a pedido do cliente, evitando o constante liga/desliga por parte dos clientes não residentes, contribuiu para um aumento do número de clientes conseguido, essencialmente, através dos clientes domésticos, ou seja, daqueles que usam a água para fins habitacionais, do próprio e/ou do seu agregado familiar. Enquanto os clientes domésticos representam 81,5% do total, a quota dos não domésticos, onde se incluem as atividades económicas, é de 13%.

Impulsionada pela parceria com a Associação Oncológica do Algarve, em que a EMARP contribui com um euro por cada adesão ao pagamento por débito direto e mais um euro por cada adesão à fatura eletrónica, uma média de 46,6% dos clientes pagam por via bancária e, no final do ano, 15,2% das faturas eram enviadas por meios eletrónico.

Em abril deste ano foi criada a área do cliente, um serviço *online* que lhes permite terem um acesso mais rápido e prático a toda a informação e detalhe dos seus contratos, e onde se disponibilizam, entre outras funcionalidades, tanto as faturas como os consumos, registando em 31 de dezembro mais de um milhão de utilizadores. Apesar de ser uma funcionalidade recente, cremos que esta forma de interação com os clientes tenderá a ser cada vez mais procurada, pois a informação está disponível 24 horas por dia e pode ser acedida através de telemóvel.

A EMARP continua focada em garantir um nível de excelência na qualidade do serviço prestado aos seus clientes, bem como na melhoria da sua capacidade de relacionamento com todos aqueles que utilizam os nossos serviços.

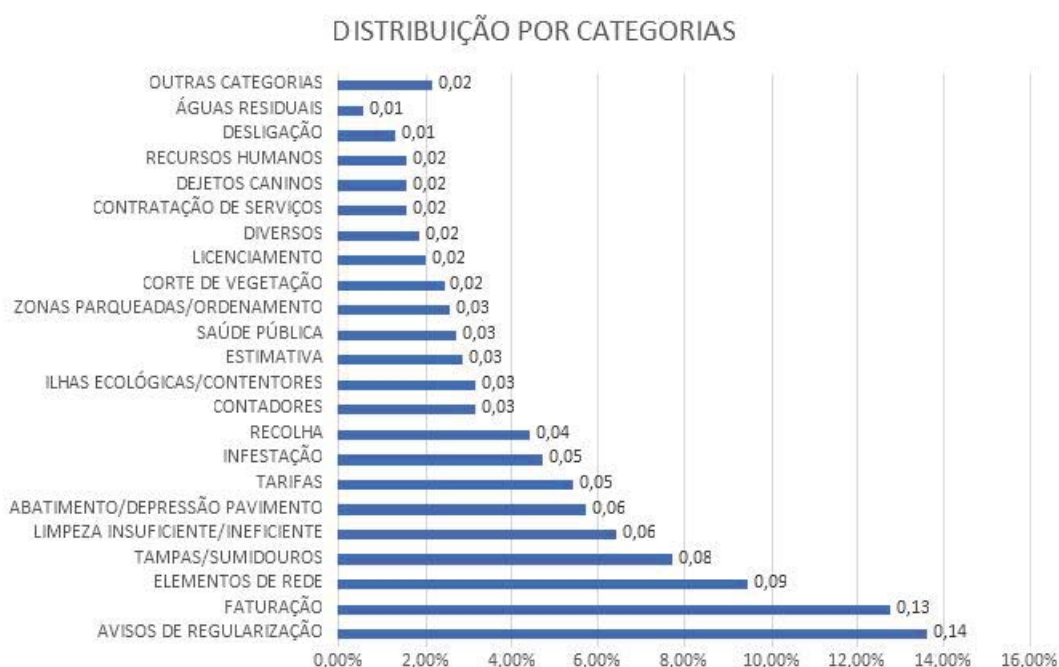
Assim, em 2018 foram registadas 697 reclamações de clientes e partes interessadas, mais 163 que em 2017, mantendo a EMARP o seu empenho em responder aos seus interlocutores no mínimo espaço de tempo, o que aconteceu a 3/4 das reclamações, que foram respondidas no prazo de 5 dias.

De registar que, nos casos em que a matéria reclamada não era da competência da EMARP, houve o cuidado de informar o reclamante de que a sua comunicação foi reencaminhada para a entidade competente.

Relativamente ao número de reclamações respondidas dentro do prazo legal definido pela ERSAR, verificou-se que se manteve esse esforço, voltando a registar valores percentuais acima dos 90% (94,69%, menos 1,10% do que em 2017).

Outro aspeto importante é a natureza da resposta: manteve-se a tendência de incremento de respostas finais, o que significa que a empresa analisou e tratou a reclamação de forma a resolver o assunto numa primeira instância, mais uma vez registando valores acima dos 90% (96,70%, mais 3,13% que em 2017).

Na avaliação das reclamações, e no âmbito do sistema de Gestão de Qualidade, Segurança e Ambiente, um aspeto importante a considerar foi o que motivou os clientes, munícipes e partes interessadas a demonstrar a sua insatisfação. Contrariamente ao ano anterior, em que a principal razão foi a Limpeza Urbana, em 2018 os dois maiores motivos de reclamação foram novamente os serviços de Estacionamento, devido à emissão de avisos de regularização, logo seguido da área de Faturação e Leitura, em casos relacionados com os consumos estimados, considerados elevados em casas de habitação sazonal.



A maioria das reclamações (59,54%) são recebidas através do correio eletrónico, sendo o correio normal a segunda opção (24,39%), enquanto a utilização do formulário próprio da EMARP continuou a diminuir. Em 2018, o Livro de Reclamações registou também um decréscimo da sua utilização (menos 3,75% que em 2017).

Contrariando a tendência de anos anteriores, verificou-se um aumento do número de pedidos de reembolso de valores faturados, por parte dos clientes. No entanto, apesar de em maior número, o valor dos reembolsos pedidos foi bastante inferior relativamente ao ano de 2017.

Em 2018, verificou-se também que a empresa, após analisar a reclamação e reconhecer que o cliente/partes interessadas tinham motivos válidos para o fazer, deu razão ao seu interlocutor mais vezes do que no ano anterior (mais 1,66% que em 2017), tomando por isso medidas de minimização e/ou correção.

ÁGUA DE ABASTECIMENTO

A água é essencial para a vida humana e os clientes acham caro cobrar cerca de cinquenta cêntimos por mil litros de água, mas muitos optam por pagar quase o mesmo por, apenas, um litro e meio de água engarrafada.

No ano de 2018 a EMARP adquiriu às Águas do Algarve, SA 7.359.393 m³, o que corresponde a uma diminuição de 3,46% relativamente a 2017, enquanto a água faturada aos clientes manteve praticamente os mesmos volumes, com uma ligeira queda (-1,25%) no consumo não doméstico.

MESES	ÁGUA DISTRIBUÍDA M ³	ÁGUA FATURADA M ³					
		CONSUMO DOMÉSTICO	NÃO DOMÉSTICO	INST. PÚBL. CULTURAIS E DESPORTIVAS	MUNICÍPIO E JUNTAS DE FREGUESIA	CONSUMO PRÓPRIO	TOTAL
JANEIRO	449 773	206 639	75 058	7 612	19 017	2 102	310 426
FEVEREIRO	433 009	199 034	79 510	8 159	17 403	3 028	307 133
MARÇO	473 745	207 240	86 369	8 140	17 701	2 906	322 355
ABRIL	503 633	231 493	117 787	8 051	22 259	3 172	382 761
MAIO	603 136	261 873	160 621	9 610	31 625	3 429	467 156
JUNHO	696 301	310 589	206 856	11 108	43 560	3 576	575 687
JULHO	881 996	386 441	256 624	11 390	55 309	3 799	713 562
AGOSTO	1 013 835	420 377	256 938	11 880	61 074	3 545	753 814
SETEMBRO	793 346	350 675	211 015	10 986	59 912	6 015	638 602
OUTUBRO	626 172	262 845	151 513	9 792	53 471	6 121	483 741
NOVEMBRO	451 825	224 937	97 673	8 746	38 119	3 422	372 896
DEZEMBRO	432 622	221 327	82 267	7 811	26 628	2 682	340 713
TOTAL	7 359 393	3 283 470	1 782 231	113 285	446 078	43 797	5 668 846
TOTAL 2017	7 622 839	3 285 507	1 804 701	113 739	401 652	34 598	5 640 197

As perdas totais de água na rede de distribuição de Portimão, em 2018 foram de 22,97%, representando 1.690.547 m³ de água não faturada. Estes resultados revelam uma melhoria relativamente aos valores verificados em 2017 (26,01%).

O valor máximo de água distribuída verificou-se a 20 de agosto, uma segunda-feira, com 34.612m³, enquanto o menor volume diário foi registado no dia 11 de dezembro, uma quarta-feira e feriado municipal em 11.142m³.

A EMARP assegura permanentemente a qualidade da água distribuída durante 365 dias por ano, controlando sistematicamente todos os parâmetros nos termos da legislação em vigor, com análises realizadas em laboratório reconhecido pelo IPQ - Instituto Português da Qualidade e com custos anuais que rondam os treze mil euros.

Em 2018 foram efetuadas 5.173 análises, 988 das quais a parâmetros organoléticos, 1.569 a parâmetros microbiológicos e 2.622 a parâmetros físico-químicos.

Este número de análises é superior ao exigido legalmente, pois devido à exigência legal de se efetuar na torneira dos clientes e num ponto diferente para cada amostra ao longo do ano, para além do obrigatório Plano de Controlo de Qualidade da Água (PCQA), a EMARP, para ter a garantia permanente do controlo da qualidade da água em toda a sua rede de distribuição implantou um outro plano complementar, o Plano de Controlo Operacional (PCO). Assim, do total das análises efetuadas, 32,3% corresponderam ao PCQA e 67,7% ao PCO, ou seja, além das 1.669 análises obrigatórias a EMARP, preocupada em garantir uma água de qualidade, realizou ainda mais 3.504.

Durante 2018, no PCQA, registaram-se dois incumprimentos (0,16%) aos valores paramétricos definido na legislação sobre a qualidade de água para consumo humano, um relativo ao parâmetro Bactérias Coliformes e outro à Turvação.

Nos processos de investigação desenvolvidos para apuramento das causas dos incumprimentos, nada foi

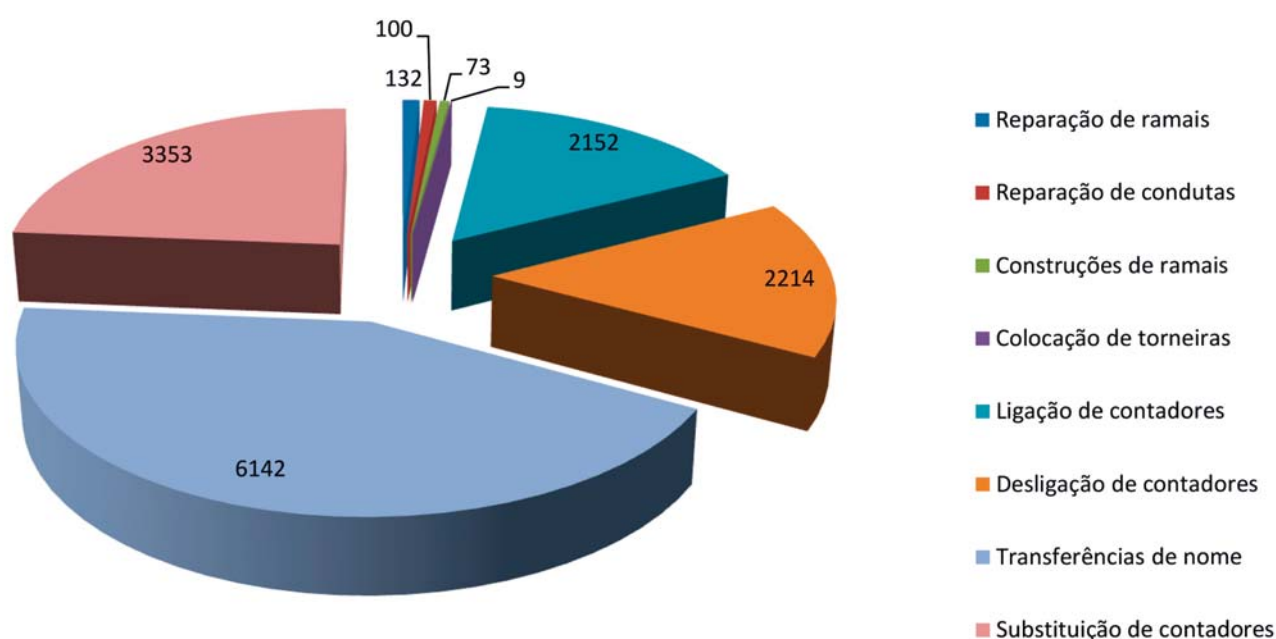
identificado e os resultados das análises de confirmação não detetaram quaisquer bactérias coliformes. No caso da Turvação, as conclusões apontaram para que as causas pudessem estar relacionadas com o facto da rede interna da instalação ser em ferro galvanizado, associado à circunstância da instalação ter estado sem consumo durante o fim de semana e a colheita ter sido efetuada na segunda-feira de manhã. De referir que a água à saída do reservatório que abastece o ponto em causa, e que fica nas suas proximidades, ter apresentado um valor de Turvação normal.

Relativamente ao não obrigatório PCO, registaram-se quatro incumprimentos aos limites definidos (0,14%), três para Bactérias Coliformes e uma para o Ferro.

Nos processos de investigação desenvolvidos para apuramento das causas dos incumprimentos, nada foi identificado e os resultados das contra-análises não confirmaram os respetivos incumprimentos.

Como resultado final, o indicador de desempenho da qualidade da água fornecida apresenta um valor de 99,85%, superior ao verificado em 2017, que foi de 99,54%.

Os trabalhos correntes relativos ao sistema de abastecimento de água realizados durante o ano incidiram, essencialmente, na movimentação operacional de contadores.



Além destes trabalhos, realizaram-se as seguintes intervenções de vulto:

- Abastecimento de água na zona dos Valinhos – Montes de Alvor;
- Remodelação das Infraestruturas de Abastecimento de Água, na Mexilhoeira Grande;
- Remodelação das Infraestruturas de Abastecimento de Água nos Três Bicos;
- Substituição de hidrantes | Quinta do Pinheiro, Cooperativa Vale de Lagar, Urbanização Quinta das Oliveiras;
- Substituição de válvulas de seccionamento DN 200mm, e DN 110mm | Urbanização do Vau;
- Implantação de marco de incêndio | Zona Ribeirinha de Alvor;
- Substituição de válvulas e marcos de incêndio na Urbanização do Quintão/ Parque da Juventude.
- Intervenção na rede de abastecimento de água da Urbanização Vila Rosa, para otimizar a pressão em vários edifícios da zona alta, através da execução de três novos ramais na conduta de alta pressão;
- Substituição de válvulas DN 100mm, na Rua de Cabo Verde;
- Substituição de válvulas DN400 mm, na Avenida V6, rotunda do Hospital;
- Substituição de válvulas DN 200 mm, na Avenida V6 no viaduto sob a Avenida Paul Harris;
- Substituição de conduta DN 160mm no Poço Seco/Cebolar numa extensão de 600m.

ÁGUAS RESIDUAIS

O saneamento é essencial e fundamental para a saúde pública e despoluir as águas sujas custa mais do que tratar a água que se bebe.

Com a integração, em Setembro de 2007, das águas residuais de Portimão no Sistema Intermunicipal de Saneamento do Algarve, gerido pela AdA,SA, ficou acordado que, até à entrada em funcionamento da nova ETAR da Companheira, o município pagaria apenas os mínimos previstos nos contratos de recolha e de concessão.

Com a entrada em funcionamento da nova ETAR extinguiu-se o acordo atrás referido e passou a vigorar o referido no contrato de recolha, que prevê a faturação da água recolhida mediante medição. Este procedimento iniciou-se a 1 de junho com as primeiras leituras dos contadores de entrada da ETAR, da câmara de caudais provenientes de Monchique e da Estação Elevatória de Águas Residuais (EEAR) Frito Velho, proveniente de Lagoa.

Os caudais afluentes à rede de águas residuais provenientes da chuva e da infiltração de água das ribeiras e do mar nas zonas ribeirinhas ocorrem tanto na nossa rede como na rede das Águas do Algarve, mas o resultado da leitura e a totalidade dos custos está a ser imputada à EMARP.

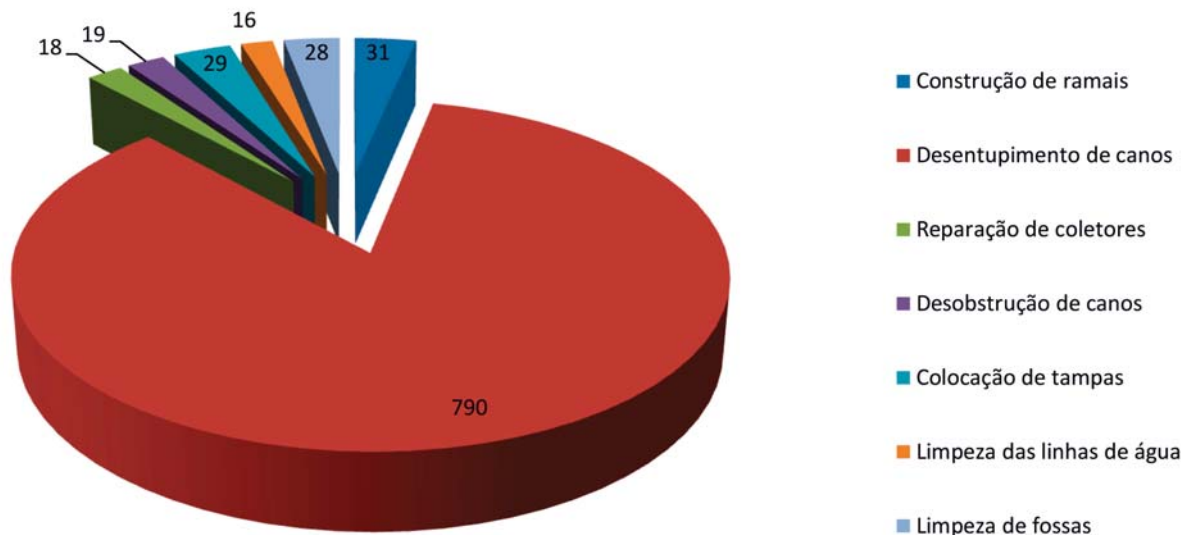
Até ao final do ano de 2018 os volumes medidos entregues para tratamento na ETAR da Companheira foram:

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2018						512127	663801	766658	606898	590374	499536	454734

Não havendo termo de comparação com anos anteriores, e usando como referência a relação teórica relativamente à quantidade de água distribuída que é da ordem dos 80%, constata-se que nestes sete últimos meses a quantidade de água residual entregue excede os limites teóricos pois a sua média atinge os 83,6%.

Realça-se o facto de esta relação ter sido de 94,3%, 110,6% e 105,1% nos últimos três meses, consequência de aflúncias indevidas à rede de saneamento, pelo que este problema necessita de ser devidamente analisado em conjunto com as AdA, SA.

A área das águas residuais inclui, além do esgoto doméstico, a rede de águas pluviais e durante o ano foram realizados os seguintes trabalhos operacionais:



Relativamente às obras realizadas, destacamos as seguintes:

- Obra conjunta CMP/EMARP para a execução da empreitada de pavimentação e drenagem na Rua da Pedra - Pedra Mourinha.
- Remodelação das Infraestruturas de Drenagem de Águas Residuais, na Mexilhoeira Grande.
- Remodelação das Infraestruturas de saneamento nos Três Bicos.
- Execução de Infraestruturas de Águas Residuais na Urbanização Colina Mourisca - Montes de Alvor - Portimão.
- Substituição de esgoto pluvial DN 500 | R. Prof. Dr. Montalvão Marques.
- Remodelação da rede de esgotos domésticos | Rua Sidónio Pais.

- Substituição e rebaixamento de grelhas pluviais | Rua Frederico Ramos Mendes em Alvor.
- Limpeza das linhas de água dos Três Bicos, Poço Seco/Abicada, Estrumal.
- Limpeza de linhas de água na zona do Lidl.
- Limpeza de linhas de água no Poço Seco.
- Limpeza de linhas de água na Alagoas – Alvor.
- Colocação de sumidouro na Travessa da Escola da Figueira.
- Limpeza de linhas de água no Marachique.

RESÍDUOS URBANOS

A recolha de resíduos e a limpeza urbana são dois fatores essenciais na forma como as pessoas encaram o meio ambiente e julgam o município. Podemos ter terminado a limpeza numa rua, mas se no minuto seguinte alguém atirar um jornal para o chão, a rua fica suja.

Em 2018, a recolha de resíduos não apresenta grande variação (+0,65% | +199,65 ton.) enquanto o papel e cartão (+4,63% | + 114,79 ton.) como, em especial, as embalagens (+14,04% | +136,31 ton.) aumentaram, o vidro diminuiu (-2,27% |-58,53 ton.).

MESES	INDIFERENCIADOS	EMBALAGENS	PAPEL E CARTÃO	VIDRO	MONSTROS	VERDES	VERDES PARA COMPOSTAGEM	TOTAL
JANEIRO	1 932,47	113,85	179,86	130,68	127,74	133,80	98,38	2 716,78
FEVEREIRO	1 869,32	102,04	160,06	121,29	142,42	171,94	116,00	2 683,07
MARÇO	2 289,56	121,37	186,78	130,40	185,78	158,04	93,30	3 165,23
ABRIL	2 335,23	135,12	202,77	188,79	163,42	180,16	59,20	3 264,68
MAIO	2 639,14	144,71	210,81	208,10	162,26	129,62	74,62	3 569,26
JUNHO	2 725,73	159,80	232,57	265,53	177,40	177,54	48,44	3 787,01
JULHO	2 994,44	205,47	294,55	294,45	181,68	161,02	42,16	4 173,77
AGOSTO	4 411,80	245,52	312,34	380,65	154,52	143,20	38,90	5 686,93
SETEMBRO	2 965,12	182,16	241,02	285,94	151,26	122,10	34,36	3 981,97
OUTUBRO	2 507,04	150,15	215,62	253,01	183,36	179,00	45,58	3 533,76
NOVEMBRO	2 047,06	132,28	178,06	144,54	170,71	207,90	99,96	2 980,51
DEZEMBRO	2 118,36	126,96	181,33	112,00	165,72	142,66	102,76	2 949,79
TOTAL 2018	30 835,27	1 819,42	2 595,76	2 515,39	1 966,26	1 906,98	853,66	42 492,74
TOTAL 2017	30 635,62	1 683,11	2 480,97	2 573,92	1 273,28	1 770,20	806,30	41 223,41

valores em toneladas

Normalmente o dia de maior quantidade de recolha de indiferenciados é em Agosto e no dia 17 desse mês foram recolhidas 161,42 toneladas. Mas, devido ao facto de no dia 1 de maio não ter havido recolha, o reforço dos circuitos no dia anterior, segunda-feira 30 de Abril, originou o máximo de 2018, com 164,81 toneladas. A menor quantidade de recolha de indiferenciados verificou-se no dia 17 de janeiro, com 39,31 toneladas.

ESPAÇOS PÚBLICOS

Em cumprimento das obrigações estatutárias e da delegação de poderes a EMARP desenvolve a gestão e fiscalização do sistema de estacionamento em estrutura subterrânea e à superfície, a fiscalização da atividade publicitária e da ocupação da via pública e a prestação de serviços de interesse geral na área da educação, ação social e cultura no âmbito do apoio à operação dos equipamentos municipais.

ESTACIONAMENTO

No que concerne à gestão do estacionamento, encontram-se sob gestão da EMARP as zonas na Praia da Rocha – Via Pública [zonas de estacionamento controlado] e estacionamento subterrâneo - Parque de Estacionamento Rocha Prime.

Estas zonas, dispõem de 320 lugares em regime tarifado, com parquímetros, e estão ativas entre 01 junho e 30 setembro, precisamente a época em que o problema do estacionamento na Praia da Rocha se agudiza.

De realçar os resultados da taxa de ocupação que registou no mês de junho 62%, julho 67%, agosto 77% e setembro 62%.

Dado que a regulamentação sem fiscalização não é eficaz, a EMARP encontra-se credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) como entidade atuante sob o n.º 081100200. Com base nesta credenciação, as zonas de estacionamento controlado estão sujeitas à fiscalização através do pessoal da empresa, equiparado a autoridade ou seus agentes, nos termos da alínea c) do artigo nº 3 do Decreto-Lei n.º44/05.

Nestes termos, os Agentes de Fiscalização de Estacionamento (AFE) da EMARP podem exercer competências equiparadas aos agentes da PSP e da GNR na fiscalização do cumprimento das disposições do Código da Estrada e do regulamento de estacionamento municipal.

Entre junho e setembro os AFE verificaram 31.505 veículos, foram emitidos 31 avisos informativos alertando para as irregularidades cometidas no âmbito do estacionamento. Já os condutores que estacionavam nas zonas tarifadas e não possuíam o bilhete de estacionamento correspondente, 5074, foram objeto de aviso de regularização de pagamento.

Quando não liquidados, os avisos de regularização com os 1347 autos de notícia transitam para instrução dos processos de contraordenação.

O Parque de Estacionamento Subterrâneo Rocha Prime, na Praia da Rocha, com capacidade de 272 lugares, durante este exercício, de junho a setembro, recebeu 25600 veículos em regime de rotação e efetuou 492 avenças.

FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE PUBLICITÁRIA

No que concerne à gestão e fiscalização da Atividade Publicitária e da Ocupação da Via Pública, a atividade abrange a instrução dos pedidos de utilização privativa do espaço público municipal, a gestão dos meios de publicidade no concelho, incluindo a afixação ou inscrição de mensagens publicitárias no espaço público, bem como a utilização deste com suportes publicitários e/ou outros meios, incluindo a ocupação com mobiliário urbano, o ordenamento do espaço público e o exercício de ações de fiscalização no âmbito da atividade publicitária e da ocupação da via pública. Nesta área também é efetuada a gestão dos espaços destinados a venda de artigos em quiosque, com exclusão dos destinados à venda ambulante.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS E INDICADORES DE DESEMPENHO

Nos termos do regime jurídico do sector empresarial local, o Município de Portimão, enquanto único accionista da EMARP, EM, SA, definiu as orientações específicas dirigidas ao Conselho de Administração da sociedade.

Essas orientações enquadram-se no Programa de Ajustamento Municipal do Município integrado no processo de assistência financeira no âmbito do Fundo de Apoio Municipal.

Neste quadro, o desenvolvimento da atividade da empresa implica a maximização do potencial endógeno e novas abordagens à prossecução dos seus objetivos estatutários, com reforço das receitas próprias e o estabelecimento de prioridades nas atividades a desenvolver, tendo em vista a adequação da rendibilidade à necessidade de autofinanciamento nomeadamente para as atividades de investimento e a remuneração do capital próprio.

Tendo presente a missão e atribuições estatutárias e a delegação de poderes do Município, a empresa deve prosseguir os objectivos e atingir as metas inscritas para cada programa/projecto, cujo nível de execução se apresenta a seguir.

ANO 2018 | CONTROLO | ATIVIDADES ESTRATÉGICAS

PROJECTO OPERACIONAIS	SUBPROJECTO	DESCRIÇÃO DA META (indic.)	METAS	ANO 2018 EXECUÇÃO	ANO 2018 OBSERVAÇÕES
GESTÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS	GESTÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS	Acessibilidade física ao serviço (AA01-FBSAR) (%) > a	58	99	Meta atingida
		Adesão ao serviço (AA07-FBSAR) (%) > a	50	94	Meta atingida
		Perdas de água (água não laturada) (%) < a	25	23	Meta atingida
		Falhas no abastecimento (AA03-FBSAR) (nr/(1000ramais.ano)) < a	1	0,88	Meta atingida
		Ocorrência de avarias (AA11-FBSAR) (nr/(1000km.ano)) < a	30	25	Meta atingida
		Qualidade da água (água segura) (%) FBSAR >= a	59	99,84	Meta atingida
		Qualidade microbiológica (%) >= a	59	99,81	Meta atingida
		Reclamações sobre a qualidade da água (nr/ano) <= a	5	3	Meta atingida
		Reclamações sobre falhas no abastecimento (nr/ano) <= a	5	4	Meta atingida
		Realizar estudo sobre a qualidade percebida da água para consumo humano durante o ano	2017	2017	Meta atingida
GESTÃO DO SISTEMA DE ÁGUAS RESÍDUOS	GESTÃO DO SISTEMA DE ÁGUAS RESÍDUOS	Realizar estudo sobre a qualidade percebida da água para consumo humano durante o ano	2017	2017	Meta atingida
		Dar início ao programa de promoção do consumo de água da torneira durante o ano	2017	2017	Meta atingida
		Acessibilidade física ao serviço (AR01-FBSAR) (%) >98;	58	98	Meta atingida
		Adesão ao serviço (AR06-FBSAR) (%) > a	50	95	Meta atingida
		Ocorrência de inundações (AR03-FBSAR) (nr/(1000ramais.ano)) < a	0,25	0	Meta atingida
		Reclamações sobre inundações nos perímetros urbanos provocados por água pluviais (nr) <= a	4	0	Meta atingida
		Dotar os veículos de recolha de RU com sistema de gestão de frota e pesagem ao chassis.	Sim	Sim	Meta atingida instalados nas quatro viaturas entregues em junho 2018.
		Instalar lilhas ecológicas	7	0	Aguarda parecerda CMP, sobre os locais propostos, desde Setembro 2018.
		Instalação de sondas de enchimento em contentores enterrados de indiferenciados.	300	0	Custos elevados.
		Operacionalizar o sistema de gestão de frota para os RU	Sim	Sim	Meta atingida
GESTÃO DO SISTEMA DE RESÍDUOS URBANOS	GESTÃO DO SISTEMA DE RECOLHA	Acessibilidade física ao Serviço (%) >= a	85	84,30%	Meta não atingida corresponde a 99% da meta

							79,36%	Meta não atingida Verifico-se uma redução de cerca de 12% devido à alteração dos critérios de cálculo pela FCSAR. Enquanto que anteriormente a distância ao esgoto era no máximo 200m, em áreas predominantemente urbanas, hoje é de 100m.
							22,45%	Aumento de 5% relativamente ao ano anterior
							Não	Continua em testes
							Sim	Incrementaram-se os locais de deposição seletiva nas praias do município. Além de Praia da Rocha, Vau e Barranco das Canas, também foram instalados ecopontos na Praia de Alvor.
GESTÃO DA LIMPEZA URBANA E DAS ZONAS BALNEÁREIS							Sim	
							Sim	
							Sim	
							Sim	
							Sim	
							Sim	
GESTÃO DO ESPAÇO PÚBLICO							1300	2865
							480	611
							30000	31505
							5,5	6,73
							60	78,0
PRISTIAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E CULTURA							Sim	Meta atingida Realizaram-se as manifestações programadas do plano de atividades.

METAS ECONÓMICO FINANCEIRAS		METAS	ANO 2018 EXECUÇÃO	2017
RENDIBILIDADE DOS CAPITAIS PRÓPRIOS Representa a remuneração do capital investido pelo acionistas (%)	>= a	2,75	2,64	5,24
AUTONOMIA FINANCEIRA Relação entre "capital próprio" e "ativo líquido" que traduz a capacidade da empresa para financiar o ativo através dos capitais próprios sem recorrer a outro tipo de financiamento (%)	> a	50	80,31	80,28
LIQUIDEZ IMEDIATA Indica a aptidão da empresa para satisfazer os seus compromissos a curto prazo, recorrendo unicamente aos seus meios líquidos (%)	> a	25	211,80	203,06

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE		METAS	ANO 2018 EXECUÇÃO	2017
Cobertura de Gastos (Vendas e Prestações de Serviços / Gastos Totais) (%)	>= a	50	100,48	107,79
Peso Contributivo dos Subsídios (Subsídios à Exploração / Receitas Totais) (%)	<= a	50	0,30	0,33
Resultado Operacional Deduzido de Depreciações e Amortizações ((Resultado Operacional - Depreciações e Amortizações)	>= a	C	4.583.867,90	5.942.569,43
Resultado líquido	>= a	C	1.140.471,22	2.281.331,35

INDICADORES DE DESEMPENHO

ACESSIBILIDADE DO SERVIÇO AOS UTILIZADORES

SETOR/ CÓDIGO ERSAR	ÍNDICE/DADO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA	EMARP 2018
ÁGUA AA 01	acessibilidade física do serviço (%)	% do número total de alojamentos localizados na área de intervenção da entidade gestora para os quais as infraestruturas do serviço de distribuição de água se encontram disponíveis	BOA 95 - 100	98,17
ÁGUA AA 02	acessibilidade económica do serviço (%)	peso do encargo médio com o serviço de abastecimento de água no rendimento médio disponível por agregado familiar na área de intervenção do sistema	BOA 0 - 0,50	0,37
SANEAMENTO AR 01	acessibilidade física do serviço (%)	% do número de alojamentos localizados na área de intervenção da entidade gestora para os quais as infraestruturas do serviço de recolha e drenagem se encontram disponíveis	BOA 90 - 100	96,48
SANEAMENTO AR 02	acessibilidade económica do serviço (%)	peso do encargo médio com o serviço de saneamento de águas residuais no rendimento médio disponível por agregado familiar na área de intervenção do sistema	BOA 0 - 0,50	0,40
RESÍDUOS RU 01	acessibilidade física do serviço (%)	% do número de alojamentos com serviço de recolha indiferenciada a uma distância inferior a 100 m do limite do prédio (inclui porta-a-porta) na área de intervenção da entidade gestora	MEDIANA 80 - 95	84,30
RESÍDUOS RU 03	acessibilidade económica do serviço (%)	peso do encargo médio com o serviço de gestão de resíduos urbanos no rendimento médio disponível por agregado familiar na área de intervenção do sistema	BOA 0 - 0,50	0,23

QUALIDADE DO SERVIÇO PRESTADO AOS UTILIZADORES

SETOR/ CÓDIGO ERSAR	ÍNDICE/DADO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA	EMARP 2018
ÁGUA AA 03	ocorrência de falhas no abastecimento [n.º/(1000 ramais · ano)]	número de falhas no abastecimento por 1000 ramais	BOA 0 - 1	0,88
ÁGUA AA 04	água segura (qualidade da água) (%)	% das análises realizadas, de entre as requeridas, e que cumpriram os valores paramétricos	BOA 98,50-100,00	99,85
ÁGUA AA 05	resposta a reclamações e sugestões (%)	% de reclamações e sugestões escritas que foram objeto de resposta escrita num prazo não superior a 22 dias úteis	MEDIANA 85 - 99	91
SANEAMENTO AR 03	ocorrência de inundações [n.º/(1000 ramais · ano)]	número de ocorrências de inundação na via pública e/ou em propriedades com origem na rede pública de coletores, por 1000 ramais	BOA 0-0,25	0,00
SANEAMENTO AR 04	resposta a reclamações e sugestões (%)	% de reclamações e sugestões escritas que foram objeto de resposta escrita num prazo não superior a 22 dias úteis	MEDIANA 85 - 99	92
RESÍDUOS RU 04	lavagem de contentores (-)	frequência de lavagem de contentores de superfície	BOA 6,0-23,0	6,3
RESÍDUOS RU 05	resposta a reclamações e sugestões (%)	% de reclamações e sugestões escritas que foram objeto de resposta escrita num prazo não superior a 22 dias úteis	MEDIANA 85-99	92
ESPAÇOS PÚBLICOS	publicidade e ocupação da via pública (n.º)	ações de fiscalização	1751 (EMARP 2017)	2864
ESPAÇOS PÚBLICOS	publicidade e ocupação da via pública (n.º)	atos de licenciamento, autorizações, autenticações, validações, certificações e permisos	945 (EMARP 2017)	807
ESPAÇOS PÚBLICOS	estacionamento (n.º)	veículos em rotação no estacionamento subterrâneo Rocha Prime	24 576 (EMARP 2017)	25 600
ESPAÇOS PÚBLICOS	estacionamento (n.º)	veículos em rotação no estacionamento à superfície	122 121 (EMARP 2017)	120 004
ESPAÇOS PÚBLICOS	estacionamento (minutos)	duração média do estacionamento à superfície	170 (EMARP 2017)	170
ESPAÇOS PÚBLICOS	resposta a reclamações e sugestões (%)	% de reclamações e sugestões escritas que foram objeto de resposta escrita num prazo não superior a 22 dias úteis	MEDIANA 85 - 99	97

SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA

SETOR/ CÓDIGO ERSAR	ÍNDICE/DADO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA	EMARP 2018
ÁGUA AA 06	cobertura dos gastos totais (-)	rácio entre os rendimentos e ganhos totais e os gastos totais	INSATISFATÓRIA >120	133
ÁGUA AA 07	adesão ao serviço (%)	% do número total de alojamentos localizados na área de intervenção da entidade gestora para os quais as infraestruturas do serviço de distribuição de água estão disponíveis e têm serviço efetivo (com existência de ramal e de contrato mesmo que temporariamente suspenso durante uma parte do ano em análise).	MEDIANA 90-95	94,88
ÁGUA AA 08	água não faturada (%)	% de água entrada no sistema que não é faturada	MEDIANA 20,0 - 30,0	22,97
ÁGUA	custos totais da exploração de água (euros/m3)	razão entre custos totais anuais, incluindo administrativos, complementares e comuns, e o volume de água faturada	1,23 (EMARP, 2017)	1,22
ÁGUA	proveitos totais da exploração de água (euros/m3)	razão entre proveitos totais anuais, incluindo administrativos, complementares e comuns, e o volume de água faturada	1,67 (EMARP, 2017)	1,63
ÁGUA	resultado da exploração de água (euros/m3)	diferença entre os proveitos totais e os custos totais da exploração de água	0,44 (EMARP, 2017)	0,40
SANEAMENTO AR 05	cobertura dos gastos totais (-)	rácio entre os rendimentos e ganhos totais e os gastos totais	INSATISFATÓRIA >120	131
SANEAMENTO AR 06	adesão ao serviço (%)	% do número total de alojamentos localizados na área de intervenção da entidade gestora para os quais as infraestruturas de acesso ao serviço de águas residuais se encontram disponíveis e têm serviço efetivo com existência de ramal e de contrato)	BOA 90,0 - 120,0	96,03
SANEAMENTO	custos totais da exploração de saneamento (euros/m3)	razão entre custos totais anuais, incluindo administrativos, complementares e comuns, e o volume de afluente tratado na ETAR	1,19 (EMARP, 2017)	1,28
SANEAMENTO	proveitos totais da exploração de saneamento (euros/m3)	razão entre proveitos totais anuais, incluindo administrativos, complementares e comuns, e o volume de afluente tratado na ETAR	1,58 (EMARP, 2017)	1,59
SANEAMENTO	resultado da exploração de saneamento (euros/m3)	diferença entre os custos totais e os proveitos totais da exploração de saneamento	0,39 (EMARP, 2017)	0,31
RESÍDUOS RU 06	cobertura dos gastos totais (%)	rácio entre os rendimentos e ganhos totais e os gastos totais	BOA 100 - 110	101,18
RESÍDUOS	custos totais da exploração de limpeza urbana e recolha de resíduos (euros/ton)	razão entre custos totais anuais, incluindo administrativos, complementares e comuns, e a tonelagem depositada em aterro sanitário	234,27 (EMARP, 2017)	253,09
RESÍDUOS	resultado da exploração de limpeza urbana e recolha de resíduos (euros/ton)	diferença entre os custos totais e os proveitos totais da exploração de limpeza urbana e recolha de resíduos	-47,50 (EMARP, 2017)	-73,14
RESÍDUOS	proveitos totais da exploração de limpeza urbana e recolha de resíduos (euros/ton)	razão entre proveitos totais anuais, incluindo administrativos, complementares e comuns, e a tonelagem depositada em aterro sanitário	187,78 (EMARP, 2017)	179,93
ESPAÇOS PÚBLICOS	estacionamento (euros)	proveito médio diário das zonas de estacionamento controlado na Praia da Rocha	6,37 (EMARP, 2017)	6,73
GERAL	solvabilidade (-)	rácio que evidencia o grau de independência da empresa em relação aos seus credores	4,07 (EMARP, 2017)	4,08
GERAL	volume de negócios (euros)	total das vendas e prestação de serviços	21.179.459 (EMARP, 2017)	23.088.708
GERAL	meios libertos líquidos (euros)	total dos resultados líquidos e dos custos fixos de exploração não desembolsáveis	5.247.256 (EMARP, 2017)	4.274.183
GERAL	valor acrescentado bruto (euros)	valor bruto da produção expurgado dos consumos intermédios	6.775.399 (EMARP, 2017)	7.302.471
GERAL	fundo de maneo (euros)	valor dos recursos estáveis, expurgado dos ativos fixos	8.942.521 (EMARP, 2017)	9.760.002
GERAL	ebitda (euros)	lucros antes de juros, impostos, depreciações e amortizações	5.942.569 (EMARP, 2017)	4.583.868
GERAL	margem ebitda %	ebitda / volume de negócios	25,64 (EMARP, 2017)	19,85
GERAL	liquidez imediata (%)	rácio que indica a aptidão da empresa para satisfazer os seus compromissos a curto prazo, recorrendo unicamente aos seus meios líquidos	2,03 (EMARP, 2017)	2,12
GERAL	liquidez reduzida (%)	rácio que indica a capacidade da empresa para solver as suas dívidas a curto prazo, recorrendo unicamente aos ativos a curto prazo, excluindo as existências	2,84 (EMARP, 2017)	3,08

SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA

SETOR/ CÓDIGO ERSAR	ÍNDICE/DADO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA	EMARP 2018
GERAL	liquidez geral (%)	rácio que compara o ativo circulante com o passivo exigível a curto prazo	2,93 (EMARP, 2017)	3,36
GERAL	fundo de maneo bruto (-)	indicador que informa sobre a capacidade de reação da empresa a situações de crise	0,25 (EMARP, 2017)	0,26
GERAL	autonomia financeira (-)	capacidade de contrair empréstimos a médio e longo prazos, suportada pelos capitais próprios	0,80 (EMARP, 2017)	0,81
GERAL	financiamento próprio do imobilizado (-)	indica o comprometimento das capitais permanentes no financiamento das imobilizações	0,90 (EMARP, 2017)	0,89
GERAL	lucro líquido das vendas (%)	indica a rentabilidade das vendas	9,84 (EMARP, 2017)	4,94
GERAL	rentabilidade do capital próprio (%)	fornece a medida da remuneração dos capitais próprios investidos	5,24 (EMARP, 2017)	2,64
GERAL	rentabilidade do ativo total (%)	indica o grau de remuneração do investimento total	4,20 (EMARP, 2017)	2,13

PRODUTIVIDADE FÍSICA DOS RECURSOS HUMANOS

SETOR/ CÓDIGO ERSAR	ÍNDICE/DADO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA	EMARP 2018
ÁGUA AA 11	adequação dos recursos humanos (n.º/1000 ramais)	número de empregados por 1000 ramais	BOM 2,0-3,0	2,44
ÁGUA	contadores de água por trabalhador (n.º)	definido como o pessoal da entidade gestora em número de empregados por número de clientes de água	132 (EMARP, 2017)	133
SANEAMENTO AR 09	adequação dos recursos humanos [n.º/(100 km · ano)]	número equivalente a tempo inteiro de empregados afetos ao serviço de saneamento de águas residuais por 100 km de coletor	BOM 5,0-10	8,39
RESÍDUOS RU 13	adequação dos recursos humanos (n.º/1000 t)	número total equivalente de empregados a tempo inteiro afetos ao serviço de gestão de resíduos urbanos por 1000t de resíduos urbanos recolhidos na área de intervenção da entidade gestora	BOM 1,5-3,0	1,87
GERAL	clientes por trabalhador (n.º)	definido como o pessoal total da entidade gestora em número de empregados por número total de clientes de água, de saneamento e de recolha de resíduos	393 (EMARP, 2017)	395
GERAL	produtividade do factor trabalho (euros/trab/ano)	relaciona o valor acrescentado bruto com o número médio de trabalhadores	18.263 (EMARP, 2017)	19.327
GERAL	custo unitário médio por trabalhador (euros/trab/mês)	relaciona o total das despesas de pessoal com o número médio de trabalhadores	1.542 (EMARP, 2017)	1.640
GERAL	ordenado base médio (euros/trab/mês)	relaciona o total das remunerações base e suplementares com o número médio de trabalhadores	845 (EMARP, 2017)	915
GERAL	afetação dos recursos humanos (%)	apresenta o peso dos custos com o pessoal no volume de negócios	29,62 (EMARP, 2017)	31,89
GERAL	taxa de absentismo (%)	relaciona os dias de falta com o potencial máximo anual de dias de trabalho	9,80 (EMARP, 2017)	8,90
GERAL	acidentes de trabalho (n.º)	acidentes ocorridos no local e durante o tempo de trabalho	31 (EMARP, 2017)	20
GERAL	índice gravidade de acidentes de trabalho (1000h/trab/ano)	relaciona o número de dias úteis perdidos com o número de horas de trabalho efetivo	MUITO BOM < 0,5	0,41
GERAL	índice de frequência de acidentes de trabalho (1.000.000h/trab/ano)	relaciona o número de acidentes com baixa, por milhão de horas de trabalho efetivo	BOM 20 - 40	31,73
GERAL	índice de incidência de acidentes de trabalho (1.000/trab/ano)	relaciona o número de acidentes com baixa por cada 1000 trabalhadores	83,11 (EMARP, 2017)	53,62

SUSTENTABILIDADE INFRAESTRUTURAL

SETOR/ CÓDIGO ERSAR	ÍNDICE/DADO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA	EMARP 2018
ÁGUA AA 09	reabilitação de condutas (%)	% média anual de condutas de adução e distribuição com mais de dez anos que foram reabilitadas nos últimos cinco anos	MEDIANA 0,8 - 1	0,09
ÁGUA AA 10	ocorrência de avarias em condutas [n.º/(100 km · ano)]	número de avarias em condutas por unidade de comprimento	BOA 0-30	25
SANEAMENTO AR 07	reabilitação de coletores (%/ano)	% média anual de coletores com idade superior a dez anos que foram reabilitados nos últimos cinco anos	INSATISFATÓRIA 0-0,8	0,00
SANEAMENTO AR 08	ocorrência de colapsos estruturais em coletores [n.º/(100 km · ano)]	número de colapsos estruturais ocorridos por 100 km de coletor	INSATISFATÓRIA 2,0 - +∞	6,38
RESÍDUOS	recolha de resíduos para reciclagem (%)	% de resíduos recolhidos para valorização na área de intervenção da entidade gestora	25,68 (EMARP, 2017)	27,43
RESÍDUOS RU 11	renovação do parque de viaturas (km/viatura)	distância média percorrida por viatura afeta à recolha de resíduos indiferenciados	BOM 0-250.000	39.067

EFICIÊNCIA NA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS AMBIENTAIS

SETOR/ CÓDIGO ERSAR	ÍNDICE/DADO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA	EMARP 2018
ÁGUA AA 12	perdas reais de água [l/(ramal · dia)]	volume de perdas reais por ramal	INSATISFATÓRIA >150	185
ÁGUA AA 13	eficiência energética de instalações elevatórias [kWh/(m ³ · 100 m)]	consumo de energia médio normalizado das instalações elevatórias	MEDIANA 0,40-0,54	0,51
ÁGUA AA 63	produção da própria energia (Kw/h)	energia produzida por radiação solar	—	558.348
RESÍDUOS RU 14	utilização de recursos energéticos (tep/1000 t)	consumo total de combustível por 1000 toneladas de resíduos urbanos recolhidos indiferenciadamente na área de intervenção da entidade gestora	BOA 0-5,5	2,11

EFICIÊNCIA NA PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO

SETOR/ CÓDIGO ERSAR	ÍNDICE/DADO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA	EMARP 2018
SANEAMENTO AR 11	acessibilidade física ao tratamento (%)	% do número de alojamentos localizados na área de intervenção da entidade gestora com serviço de drenagem para os quais as redes públicas se encontram disponíveis e que se encontram ligados a destino adequado em termos de tratamento	BOA 100	100
RESÍDUOS RU 16	emissão de gases com efeito de estufa (kg CO ₂ /t)	quantidade total de emissões de CO ₂ com origem nas viaturas de recolha indiferenciada por tonelada de resíduos recolhidos na área de intervenção da entidade gestora	BOM 0-15	6,41

RECURSOS HUMANOS

A gestão de recursos humanos da EMARP tem-se pautado por princípios de eficiência e capacidade técnica numa perspetiva de desenvolvimento, garantindo a otimização dos recursos humanos e dotando a empresa de equipas de trabalho especializadas, procurando garantir um ambiente de trabalho saudável e seguro com condições remuneratórias justas e adequadas.

No final do ano a EMARP tinha 374 colaboradores, dos quais 254 do sexo masculino (67,9%) e 120 do sexo feminino (32,1%).

Analisando os aspetos relacionados com a estrutura etária verifica-se que 60,7% dos colaboradores têm mais de 45 anos. É na faixa dos 45 aos 54 anos que se concentra 34,8% dos colaboradores, sendo a média de idades dos colaboradores da EMARP de 47 anos.

ESTRUTURA ETÁRIA - ANOS	Nº DE COLABORADORES
< 18	0
18 - 24	3
25 - 34	33
35 - 44	111
45 - 54	130
55 - 64	84
> 65	13
Média de idades	47

Promovendo a estabilidade laboral verifica-se que a esmagadora maioria dos colaboradores estão efetivos na empresa.

TIPO DE CONTRATO	Nº DE COLABORADORES	%
Sem Termo	361	96,52%
Termo Incerto	3	0,81%
Outros (município)	10	2,67%

Apesar desta circunstância e talvez devido à sazonalidade do trabalho e ao baixo desemprego na região algarvia, a taxa de rotatividade situa-se nos 7,2%, com 24 admissões, 30 saídas e 5 contratos suspensos.

Relacionado com o tipo de serviços prestados pela empresa, o nível de escolaridade dos colaboradores é baixo, já que 49,46% não ultrapassam o ensino básico.

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	Nº DE COLABORADORES	%
Ensino Básico ou Inferior	185	49,46%
Ensino Secundário	82	21,93%
Ensino Superior	48	12,83%
Outra	59	15,78%

Das 691.152 horas potencialmente trabalháveis, foram efetivamente trabalhadas 629.728 horas (91,11%). Em relação ao absentismo, este representa uma taxa de 8,9% o que corresponde a 61.424 horas de ausência.

ABSENTISMO	2017	2018	VARIAÇÃO HOMÓLOGA
Horas de Ausência	79.976	61.424	- 25%
Taxa de Absentismo	9,80%	8,90%	- 0,9%

Comparativamente com o ano anterior registamos uma redução no número de horas de ausência na ordem das 15.552 horas, contribuindo para esta situação as doenças não profissionais (-9.832 horas), os acidentes de trabalho (-3.928 horas) e as licenças parentais onde se verificou uma redução de 2.208 horas.

Relativamente aos acidentes de trabalho, 2018 foi um ano em que se melhorou bastante relativamente a 2017, conforme se verifica pelo quadro seguinte:

Descrição	2017	2018
N.º total de acidentes de trabalho com baixa	31	20
N.º de dias úteis perdidos	496	257
Índice de frequência (nº acidentes por milhão de horas trabalhadas)	50,58	31,73
Índice de incidência (nº de acidentes por cada mil trabalhadores)	83,11	53,62
Índice de gravidade (nº de dias perdidos por acidente por cada milhão de horas trabalhadas)	0,81	0,41

Para os índices de frequência e gravidade, de acordo com a OIT (Organização Internacional do Trabalho), a EMARP tem a classificação de "Bom".

Tipificando os acidentes de trabalho, podemos organizar o seguinte quadro:

O ACIDENTE MAIS FREQUENTE EM 2018	
Perfil do acidentado	90% dos sinistros são do género masculino
	Os sinistros entre 51 e 55 anos acidentaram-se mais
	52% dos sinistros está na empresa há mais de 10 anos
	Os cantoneiros de limpeza foram responsáveis por 62% do total dos sinistros
Direção a que pertence	81% dos sinistrados desempenha funções na DRLU
	14% dos sinistrados desempenha funções na DMQ
Localização temporal	Ocorreram mais acidentes no horário entre as 08h00 às 16h00
	Verificaram-se mais acidentes às terças-feiras (29%)
	Em setembro registaram-se 19% do AT ocorridos
Localização espacial	29% dos AT ocorreram na zona da cidade de Portimão
	76% dos acidentes ocorreram fora das instalações da EMARP
Causas e circunstâncias	43% dos acidentes esteve relacionada com a movimentação manual de cargas e choque por objetos
	28% dos acidentes envolveram manipulação de contentores
Consequências	38% das lesões manifestaram-se sob a forma de contusões ou esmagamento
	As mãos e o tronco foram a parte do corpo mais atingido com 28%, respetivamente

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Os rácios e indicadores de desempenho atestam a sustentabilidade económica e financeira da EMARP cuja demonstração de resultados, reflexo das operações contabilísticas ocorridas no exercício de 2018, apresenta um volume de negócios na ordem dos 23 milhões de euros, valor praticamente igual ao verificado no ano anterior.

Os fornecimentos e serviços externos, assim como os gastos com o pessoal, foram as áreas em que se verificaram maiores aumentos da despesa. No primeiro caso, o aumento está relacionado com a nova forma de faturação das águas residuais, por parte do sistema multimunicipal que gere o sistema. No caso das despesas com o pessoal, o aumento resulta na modificação dos constrangimentos que incidiam sobre a política salarial.

Como resultado do relançamento do investimento, pelo segundo ano consecutivo aumentou o valor dos gastos de depreciação e amortização, o que está em linha com uma maior execução do Plano, que cifrou em 40,5% do inicialmente previsto.

As empresas municipais estão obrigatoriamente sujeitas a dissolução caso não cumpram determinados parâmetros consignados no nº 1 do artigo 62º da Lei 50/2012 de 31 de agosto. No caso da EMARP a situação é a seguinte:

- Nos últimos três anos as vendas e prestações de serviços devem cobrir, pelo menos, 50% dos gastos totais:

	2016	2017	2018
Vendas e serviços prestados	21 886 353,34	23 179 459,15	23 088 708,62
Gastos totais	20 568 609,17	21 504 307,19	22 977 495,73
	106,41%	107,79%	100,48%

Neste critério a EMARP ultrapassa em mais do dobro o requisito.

- Nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração não pode ser superior a 50% das suas receitas:

	2016	2017	2018
Subsídios à exploração	75 957,72	81 176,18	73 512,72
Receitas totais	23 139 340,18	24 480 952,15	24 427 652,16
	0,33%	0,33%	0,30%

Neste caso, o peso dos subsídios à exploração recebidos pela EMARP é praticamente, irrelevante.

- Nos últimos três anos, o resultado operacional excluindo amortizações e depreciações deve ser positivo:

	2016	2017	2018
Resultado operacional	2 570 731,01	2 976 644,96	1 450 156,43
Amortizações e depreciações	2 841 419,17	2 965 924,47	3 133 711,47
	5 412 150,18	5 942 569,43	4 583 867,90

A EMARP também cumpre este critério.

- Nos últimos três anos os resultados líquidos devem ser positivos:

	2016	2017	2018
Resultado líquido	1 938 021,03	2 281 331,35	1 140 471,22

Os resultados da EMARP têm sido positivos.

De acordo com estes indicadores, conclui-se que a EMARP não se encontra abrangida pelos requisitos legais que poderiam conduzir à dissolução obrigatória.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA EMPRESA

As bases em que assenta a evolução previsível da empresa, sob orientação do seu único acionista, assentam nas seguintes premissas:

- Desenvolvimento e implementação do Plano Estratégico de Redução de Perdas, assente na gestão e modelação das redes de distribuição de água com a implantação das Zonas de Medição e Controlo;
- Programa de redução das infiltrações nas infraestruturas de saneamento;
- Renovação das redes adutoras de água de abastecimento;
- Acompanhamento da evolução tecnológica e estudo do mercado das sondas para recolha de informações sobre o grau de enchimento dos contentores de RU e comunicação com os veículos e recolha;
- Reforço da mecanização do setor de Limpeza Urbana, através da aquisição de novos equipamentos;
- Renovação programada da frota automóvel ligeira e pesada;
- Instrução e decisão dos processos de contra ordenação rodoviária;
- Fiscalização do estacionamento nas vias e espaços públicos das localidades.

AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração realça e agradece o trabalho de todos em prol dos objetivos da empresa, em especial aos que são a razão da sua existência, os clientes e utilizadores dos seus serviços, e aos que, todos os dias, tornam isso possível: os órgãos institucionais do Município de Portimão, os trabalhadores e os fornecedores e entidades com quem a EMARP se relaciona.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do disposto na alínea f) do nº 1 do artigo 128º dos Estatutos da EMARP o Conselho de Administração submete o Relatório e Contas do exercício de 2018 à Assembleia Geral propondo a seguinte aplicação dos resultados líquidos positivos de 1.140.471,22 euros.

a) Constituição de uma Reserva Legal no valor de 5% do resultado líquido do exercício, no montante de 57.023,56 euros, nos termos do nº 1 e do nº 2 do artigo 29º dos Estatutos da EMARP;

b) Distribuição de dividendos ao accionista único Município, no montante de 450.000,00 euros, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 30º dos Estatutos da EMARP;

c) Transferência do remanescente do resultado líquido do exercício, no valor de 633.447,66 euros para Resultados Transitados.

Portimão, 27 de março de 2019

O Conselho de Administração,

Isilda Maria Prazeres Vargês Gomes
Presidente

Joaquim Jorge Castelão Rodrigues
Administrador não executivo

Filipe Mesquita Vital
Administrador não executivo

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



ÁGUAS DE
ABASTECIMENTO



ÁGUAS
RESIDUAIS



RESÍDUOS URBANOS
E LIMPEZA URBANA



ESTACIONAMENTO



Ocupação da
VIA PÚBLICA

BALANÇO

RUBRICAS	NOTAS	31 DEZEMBRO 2018	31 DEZEMBRO 2017
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	7	32 503 671,80	33 184 205,62
Propriedades de investimento	8	5 711 389,59	5 946 618,36
Ativos intangíveis	6	37 039,12	55 745,25
Outros investimentos financeiros	16	8 754,63	4 352,67
Créditos a receber	16/21	1 271 700,00	1 483 650,00
		39 532 555,14	40 674 571,90
ATIVO CORRENTE			
Inventários	9/10	544 086,80	421 428,78
Clientes	9/22	797 899,83	863 503,99
Estado e outros entes públicos	23	603 984,79	509 889,28
Outros créditos a receber	21	2 795 271,16	2 304 743,96
Diferimentos	21	53 730,36	58 294,46
Caixa e depósitos bancários	4	9 406 015,95	9 427 443,34
		14 200 988,89	13 585 303,81
TOTAL DO ATIVO		53 733 544,03	54 259 875,71
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	24	30 000 000,00	30 000 000,00
Reservas legais	24	529 841,19	415 774,62
Outras reservas	24	81 259,64	81 259,64
Resultados transitados	24	4 216 654,66	3 049 389,88
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	13/20	7 186 461,29	7 734 730,16
		42 014 216,78	41 281 154,30
Resultado líquido do período		1 140 471,22	2 281 331,35
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		43 154 688,00	43 562 485,65
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	12	53 161,64	
Outras dívidas a pagar	5/21	6 084 707,27	6 054 607,35
		6 137 868,91	6 054 607,35
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	25	1 789 449,45	1 786 248,60
Estado e outros entes públicos	23	544 189,61	910 632,15
Outras dívidas a pagar	5/21	2 107 348,06	1 945 901,96
		4 440 987,12	4 642 782,71
TOTAL DO PASSIVO		10 578 856,03	10 697 390,06
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		53 733 544,03	54 259 875,71

Portimão, 27 de março de 2019

A Direção Comercial e Financeira,

O Conselho de Administração,

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2018	2017
Vendas e serviços prestados	11	23 088 708,62	23 179 459,15
Subsídios à exploração	27	73 512,72	81 176,18
Trabalhos para a própria entidade	11	76 708,44	88 968,13
Custo mercadorias vendidas matérias consumidas	10	-2 794 521,26	-2 778 390,43
Fornecimentos e serviços externos	26	-8 484 557,20	-7 664 706,16
Gastos com o pessoal	17	-7 361 881,77	-6 865 671,54
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	9	23 434,05	19 393,74
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-44 460,58	-126 737,69
Provisões	12	-53 161,64	
Aumentos/reduções de justo valor	16	18,55	-18,14
Outros rendimentos	18	1 144 901,51	1 111 954,95
Outros gastos	18	-1 084 833,54	-1 102 858,76
RESULTADO ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS		4 583 867,90	5 942 569,43
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6/7/8	-3 133 711,47	-2 965 924,47
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)		1 450 156,43	2 976 644,96
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		1 450 156,43	2 976 644,96
Imposto sobre o rendimento do período	14	-309 685,21	-695 313,61
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		1 140 471,22	2 281 331,35

Portimão, 27 de março de 2019

A Direção Comercial e Financeira,

O Conselho de Administração,

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2017

		CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LIQUIDO	OUT VAR CAP PRÓPRIO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2017	6	30 000 000,00	318 873,57	81 259,64	2 108 269,90	1 938 021,03	7 937 172,58	42 383 596,72
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Transferência para resultados transitados					1 938 021,03	-1 938 021,03		
Transferência para reservas			96 901,05		-96 901,05			
Reconhecimento de subsídios ao investimento							409 325,81	409 325,81
PID de reconhecimento de subsídios							-42 852,32	-42 852,32
Reconhecimento de rendimentos de subsídios							-720 273,30	-720 273,30
PID de reconhecimento de rendimentos de subsídios							151 257,39	151 257,39
Recebimento de doações							100,00	100,00
	2	0,00	96 901,05	0,00	1 841 119,98	-1 938 021,03	-202 442,42	-202 442,42
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	3					2 281 331,35		2 281 331,35
CAPITAL INTEGRAL	4=2+3	0,00	96 901,05	0,00	1 841 119,98	343 310,32	-202 442,42	2 078 888,93
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Distribuições					-900 000,00			-900 000,00
	5	0,00	0,00	0,00	-900 000,00	0,00	0,00	-900 000,00
POSIÇÃO NO FIM DE 2017	6=1+2+3+5	30 000 000,00	415 774,62	81 259,64	3 049 389,88	2 281 331,35	7 734 730,16	43 562 485,65

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2018

		CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LIQUIDO	OUT VAR CAP PRÓPRIO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2018	6	30 000 000,00	415 774,62	81 259,64	3 049 389,88	2 281 331,35	7 734 730,16	43 562 485,65
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Transferência para resultados transitados					2 281 331,35	-2 281 331,35		0,00
Transferência para reservas			114 066,57		-114 066,57			0,00
Reconhecimento de subsídios ao investimento							186 373,40	186 373,40
PID de reconhecimento de subsídios							-188 691,68	-188 691,68
Reconhecimento de rendimentos de subsídios							-704 852,35	-704 852,35
PID de reconhecimento de rendimentos de subsídios							158 591,76	158 591,76
Reconhecimento de doações							310,00	310,00
	7	0,00	114 066,57	0,00	2 167 264,78	-2 281 331,35	-548 268,87	-548 268,87
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	8					1 140 471,22		1 140 471,22
CAPITAL INTEGRAL	9=7+8	0,00	114 066,57	0,00	2 167 264,78	-1 140 860,13	-548 268,87	592 202,35
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Distribuições					-1 000 000,00			-1 000 000,00
	10	0,00	0,00	0,00	-1 000 000,00	0,00	0,00	-1 000 000,00
POSIÇÃO NO FIM DE 2018	6+7+8+10	30 000 000,00	529 841,19	81 259,64	4 216 654,66	1 140 471,22	7 186 461,29	43 154 688,00

Portimão, 27 de março de 2019

A Direção Comercial e Financeira,

O Conselho de Administração,

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	23 615 803,73	23 797 449,34
Pagamentos a fornecedores	-12 814 172,22	-11 929 267,96
Pagamentos ao pessoal	-4 380 848,92	-4 029 129,30
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES	6 420 782,59	7 839 052,08
Pagamento/recebimento imposto sobre o rendimento	-782 475,15	-816 963,52
Outros recebimentos/pagamento	-3 100 532,10	-2 762 670,69
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (1)	2 537 775,34	4 259 417,87
FLUXOS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:		
Ativos fixos tangíveis	-2 040 718,77	-1 992 009,37
Ativos intangíveis	-2 436,71	-1 819,57
Investimentos financeiros	-4 301,55	-2 578,48
	-2 047 457,03	-1 996 407,42
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:		
Ativos fixos tangíveis	19 926,00	139 722,59
Investimentos financeiros	2 083,15	3 527,02
Outros ativos	270 054,67	259 322,40
Subsídios ao investimento	196 190,48	93 544,60
	488 254,30	496 116,61
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)	-1 559 202,73	-1 500 290,81
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:		
Dividendos	-1 000 000,00	-900 000,00
	-1 000 000,00	-900 000,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)	-1 000 000,00	-900 000,00
VARIAÇÃO DA CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1+2+3)	-21 427,39	1 859 127,06
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	9 427 443,34	7 568 316,28
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	9 406 015,95	9 427 443,34

Portimão, 27 de março de 2019

A Direção Comercial e Financeira,

O Conselho de Administração,

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE

EMARP-Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão, EM, SA, pessoa coletiva pública, constituída como empresa municipal com personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, sujeita à superintendência e tutela da Câmara Municipal de Portimão.

Inicialmente constituída como Empresa Municipal (EM), em conformidade com a Lei 53-F/2006 adotou a forma de Entidade Empresarial Local (EEM) a partir de 1 de janeiro de 2009.

Nos termos da Lei 50/2012 a EMARP adotou a forma de empresa local unipessoal do tipo sociedade anónima de âmbito municipal (EM, SA) alterando os seus estatutos através de escritura realizada a 22 de fevereiro de 2013.

Em 7 de janeiro de 2015, por escritura pública, foram alterados os estatutos da EMARP para alargamento das suas competências.

1.2 SEDE

Rua José António Marques, n.º 17 - 8501-953 Portimão

1.3 NATUREZA DA ATIVIDADE

O seu objetivo principal é a gestão e exploração dos sistemas públicos de captação e distribuição de água para consumo público (CAE 36002), a recolha, tratamento e rejeição de efluentes (CAE 37001), a recolha de depósito de resíduos urbanos (CAE 38112) e outras atividades e serviços de apoio (CAE 82990).

A EMARP iniciou a sua atividade em 1 de janeiro de 2001, substituindo-se aos Serviços Municipalizados de Portimão em relação à água para consumo público e recebendo da Câmara Municipal de Portimão (CMP) a vertente do saneamento de águas residuais.

A partir de 1 de janeiro de 2003 a EMARP passou a assumir alguns aspetos da gestão dos resíduos sólidos urbanos, cuja transferência total aconteceu em 1 de julho de 2003.

Em 1 de janeiro de 2005, por protocolo celebrado com a CMP, a EMARP tomou a responsabilidade de executar a limpeza das zonas balneares do concelho.

Em 1 de setembro de 2007, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Município de Portimão e tendo por base o Decreto-Lei 167/2000 de 5 de agosto, a EMARP transferiu a responsabilidade da recolha dos efluentes provenientes do sistema em baixa do município, seu tratamento e rejeição para drenagem final, para o Sistema Multimunicipal de Saneamento, gerido pelas Águas do Algarve, SA.

A 12 de novembro de 2014 a Assembleia Municipal de Portimão, deliberou transferir para a EMARP competências nas áreas da gestão e fiscalização da atividade publicitária e ocupação da via pública, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano, gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área da educação, ação social, cultura e desporto. A transferência efetivou-se em janeiro de 2015.

1.4 DESIGNAÇÃO DA EMPRESA-MÃE

Município de Portimão, que possui 100% do capital da EMARP, com sede no:

Edifício dos Paços do Concelho

Praça 1º de Maio, 8500-543 Portimão

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 ELABORAÇÃO DAS CONTAS

As Demonstrações Financeiras individuais referem-se ao período decorrido de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018. A sua elaboração foi efetuada de acordo com o referencial contabilístico nacional, constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), integrando as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF). As demonstrações financeiras são expressas monetariamente em euros.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da EMARP, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites.

3.1 INVENTÁRIOS

Os inventários são valorizados de acordo com o seu custo médio ponderado, onde é incorporado o respetivo custo de aquisição e despesas acessórias de compra, o qual é tendencialmente inferior ao respetivo valor de mercado.

3.2 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são valorizados ao custo de aquisição, incluindo despesas acessórias de compra, no caso de aquisições ao exterior. No caso de ativos fixos tangíveis produzidos pela própria EMARP, o seu valor corresponde aos custos de produção.

Para que os ativos mantenham o seu justo valor, as quantias escrituradas como aumentos motivados por grandes conservações e reparações são compensadas pelo abate do respetivo valor dos existentes ativos.

A mensuração dos ativos fixos tangíveis é efetuada segundo o modelo de custo deduzido da respetiva depreciação acumulada.

3.3 ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

O custo de aquisição dos programas informáticos compreende todos os gastos incorridos para a sua colocação disponível para utilização. A mensuração dos ativos fixos intangíveis é efetuada segundo o modelo de custo deduzido da respetiva depreciação acumulada.

3.4 DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

Até 2006, as taxas de depreciação aplicadas aos ativos fixos tangíveis correspondiam às taxas máximas indicativas no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de janeiro. No entanto, para as adequar ao período de vida dos ativos fixos tangíveis e dada a evolução tecnológica da qualidade e fiabilidade dos materiais de construção, nesse exercício foram alteradas algumas taxas de depreciação, sempre balizadas pelas taxas máximas e as mínimas do citado Decreto, pressuposto que continua a ser utilizado com a aplicação do Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro.

Os terrenos não são depreciados e as depreciações e amortizações dos ativos fixos são calculadas pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas anuais aplicadas refletem a vida útil estimada dos bens, como se apresenta no quadro.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada como ativo líquido, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração de resultados.

Edifícios e outras construções	20-50 anos
Equipamento básico	4-50 anos
Equipamento de transporte	4-6 anos
Equipamento administrativo	3-8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	8 anos
Programas de informática	3 anos

3.5 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

A EMARP tem equipamentos arrendados às Águas do Algarve, SA para utilização no sistema multimunicipal de saneamento, nos termos do contrato da concessão de setembro de 2007.

Terrenos	861 834,98
Estações elevatórias de saneamento	1 543 250,50
Postos de transformação	241 926,96
ETAR da Companheira	3 216 327,02
Túneis de saneamento	448 918,11
Intercetores de saneamento	2 227 219,86
Condutas elevatórias de saneamento	1 406 030,16
Máquinas e aparelhagem diversa	1 781 654,34
	11 727 161,93

3.6 AJUSTAMENTOS

O cálculo dos ajustamentos nas contas a receber de clientes foi efetuado de acordo com o disposto nos artigos 35º e 36º do IRC. Nestes termos foi considerado um ajustamento de 25% para as dívidas em mora há mais de 6 e até 12 meses, 50% para dívidas entre 12 e 18 meses, 75% para dívidas entre 18 e 24 meses e um ajustamento de 100% para dívidas em mora há mais de 24 meses. De acordo com os termos legais não se efetuaram ajustamentos sobre os valores do Município e do setor empresarial local.

A EMARP também constituiu no exercício um ajustamento ao valor das suas existências, tendo como base o valor dos materiais sem movimentação nos dois últimos anos.

3.7 RECONHECIMENTOS

A EMARP regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o regime do acréscimo (periodização económica), princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas das contas 27 - Outras contas a receber e a pagar e 28 - Diferimentos.

3.8 COMPARTICIPAÇÕES

Os ativos fixos tangíveis compartilhados por terceiros, registados na conta 593 - Subsídios, são depreciados na mesma base e às mesmas taxas do respetivo ativo fixo tangível, sendo o gasto compensado na conta 78 - Outros rendimentos e ganhos.

3.9 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa evidenciada no balanço inclui meios líquidos de pagamento, como caixa e depósitos bancários facilmente mobilizáveis, assim como aplicações de tesouraria convertíveis imediatamente em liquidez sem afetar o valor respetivo capital.

3.10 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Estas contas indicadas em balanço estão reconhecidas pela quantia amortizável das respetivas dívidas e não diferem dos seus justos valores.

4. FLUXOS DE CAIXA

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

As outras disponibilidades referem-se a depósitos bancários à ordem e não disponíveis para uso, uma vez que são montantes adstritos a cauções e garantias prestadas por fornecedores.

Os restantes valores mencionados correspondem aos montantes de caixa, cheques e valores similares e depósitos bancários de liquidez elevada que podem ser imediatamente realizáveis.

Todas as contas de depósitos bancários foram reconciliadas, com referência à data valor de 31 de dezembro de 2018.

	2018	2017
Numerário	22 023,39	18 046,59
Equivalentes a caixa	42 489,69	36 769,79
Depósitos bancários à ordem	8 747 333,84	8 793 799,83
Depósitos bancários a prazo	500 000,00	500 000,00
Outras disponibilidades	94 169,03	78 827,13
DISPONIBILIDADES CONSTANTES DO BALANÇO	9 406 015,95	9 427 442,34

5. PARTES RELACIONADAS

5.1 MUNICÍPIO DE PORTIMÃO, EMPRESA-MÃE

As transações com o Município de Portimão estão de acordo com os princípios do relacionamento normal com o mercado, com exceção do fornecimento de serviços ambientais de água, saneamento e resíduos em que é aplicado um tarifário especial.

As transações entre as partes abrangem o fornecimento de serviços ambientais, a prestação de serviços diversos e a contraprestação de serviços faturados pela ADSE ao Município de Portimão, da responsabilidade da EMARP.

MUNICÍPIO DE PORTIMÃO	SALDO INICIAL	DÉBITOS	CRÉDITOS	SALDO FINAL
Faturas ambientais cliente conta corrente	0,00	863 915,74	863 915,74	0,00
Faturas serviços diversos cliente conta corrente	0,00	91 508,97	91 250,40	258,57
Fornecedor conta corrente	0,00	27 926,81	27 926,81	0,00
Redução de capital	4 769 950,39	0,00	0,00	4 769 950,39

A redução do capital está em Balanço agregado a outras dívidas a pagar.

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis correspondem na sua totalidade aos programas informáticos e são valorizados e mensurados nos termos da nota 3.3 e amortizados de acordo com o descrito na nota 3.4.

ATIVOS INTANGÍVEIS ANO DE 2018

ATIVO BRUTO	
Saldo inicial (01/01/2018)	421 983,66
Aquisições	2 462,17
SALDO FINAL (31/12/2018)	424 445,83

DEPRECIACÕES ACUMULADAS	
Saldo inicial (01/01/2018)	366 238,41
Amortizações do exercício	21 168,30
SALDO FINAL (31/12/2018)	387 406,71

VALOR LÍQUIDO EM 31/12/2018 **37 039,12**

ATIVOS INTANGÍVEIS ANO DE 2017

ATIVO BRUTO	
Saldo inicial (01/01/2017)	364 947,49
Aquisições	57 083,80
Abates e transferências	47,63
SALDO FINAL (31/12/2017)	421 983,66

DEPRECIACÕES ACUMULADAS	
Saldo inicial (01/01/2017)	361 978,35
Amortizações do exercício	4 307,69
Anulações/reversões de amortizações	47,63
SALDO FINAL (31/12/2017)	366 238,41

VALOR LÍQUIDO EM 31/12/2017 **55 745,25**

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são valorizados e mensurados nos termos da nota 3.2 e depreciados de acordo com o descrito na nota 3.4.

Os valores evidenciados nos investimentos em curso resultam de obras e fornecimentos de ativos fixos tangíveis a decorrer, onde se incluem os trabalhos para a própria empresa que se encontram transitoriamente na mesma situação. Após a sua conclusão e a entrada ao serviço os bens são incorporados nas respetivas rubricas de ativos.

ATIVOS TANGÍVEIS ANO DE 2018

	TERRENOS REC NATURAIS	EDIFÍCIOS	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRA.	OUTROS AT. FIX. TANG.	TOTAL	AFT EM CURSO
ATIVO BRUTO								
Saldo inicial (01/01/2018)	1 301 197,62	10 274 600,87	66 425 307,14	6 645 911,48	1 315 973,41	26 275,36	85 989 265,88	81 723,66
Aquisições			277 044,65	1 163 762,30	128 493,07	310,00	2 265 319,88	654 778,03
Alienações				697 514,20			697 514,20	
Abates			168 369,16	86 379,73			254 748,89	
Transferências			695 709,86					-695 709,86
SALDO FINAL (31/12/2018)	1 301 197,62	10 274 600,87	67 229 692,49	7 025 779,85	1 444 466,48	26 585,36	87 302 322,67	40 791,83
DEPRECIACÕES ACUMULADAS								
Saldo inicial (01/01/2018)	203 125,05	4 847 278,46	41 314 305,79	5 292 342,16	1 204 788,18	24 944,28	52 886 783,92	
Depreciações do exercício	265,00	212 009,78	2 101 834,60	526 694,80	36 206,70	303,52	2 877 314,40	
Anulações/reversões de amortizações		901,62	165 665,58	758 088,42			924 655,62	
SALDO FINAL (31/12/2018)	203 390,05	5 058 386,62	43 250 474,81	5 060 948,54	1 240 994,88	25 247,80	54 839 442,70	
VALOR LÍQUIDO EM 31/12/2018	1 097 807,57	5 216 314,25	23 979 217,68	1 964 831,31	203 471,60	1 337,56	32 462 879,97	
							TOTAL AFT	32 503 671,80

ATIVOS TANGÍVEIS ANO DE 2017

	TERRENOS REC NATURAIS	EDIFÍCIOS	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRA.	OUTROS AT. FIX. TANG.	TOTAL	AFT EM CURSO
ATIVO BRUTO								
Saldo inicial (01/01/2017)	1 301 197,62	10 251 980,30	65 259 080,94	6 277 757,90	1 254 991,31	24 823,88	84 369 831,95	272 780,80
Aquisições		22 620,57	580 887,87	1 318 090,58	101 455,07	1 451,48	2 677 079,13	461 516,42
Alienações			26 602,34	668 196,43	35 342,82		730 141,59	
Abates			40 632,89	281 740,57	5 130,15		327 503,61	
Transferências			652 573,56					-652 573,56
SALDO FINAL (31/12/2017)	1 301 197,62	10 274 600,87	66 425 307,14	6 645 911,48	1 315 973,41	26 275,36	85 989 265,88	81 723,66
DEPRECIACÕES ACUMULADAS								
Saldo inicial (01/01/2017)	202 860,05	4 636 928,07	39 254 310,81	5 681 302,45	1 209 981,75	24 760,54	51 010 143,67	
Depreciações do exercício	265,00	210 350,39	2 120 878,43	359 647,36	35 063,09	183,74	2 726 388,01	
Anulações/reversões de amortizações			60 883,45	748 607,65	40 256,66		849 747,76	
SALDO FINAL (31/12/2017)	203 125,05	4 847 278,46	41 314 305,79	5 292 342,16	1 204 788,18	24 944,28	52 886 783,92	
VALOR LÍQUIDO EM 31/12/2017	1 098 072,57	5 427 322,41	25 111 001,35	1 353 569,32	111 185,23	1 331,08	33 102 481,96	
							TOTAL AFT	33 184 205,62

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Os equipamentos considerados como propriedades de investimento estão referenciados na nota 3.5 e estão arrendados às Águas do Algarve, S.A.

Estes ativos estão integrados no balanço e são tratados nos termos da nota 3.2 e 3.4, estimando-se que o seu justo valor esteja sensivelmente equiparado aos montantes expressos nas contas.

O valor da renda recebida por estas propriedades de investimento foi de 109.873,72 euros, reconhecido nos resultados.

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO ANO DE 2018

	TERRENOS	EDIFÍCIOS	EQUIPAMENTO BÁSICO	TOTAL
ATIVO BRUTO				
Saldo inicial (01/01/2018)	861 834,98	5 001 504,48	5 863 822,47	11 727 161,93
SALDO FINAL (31/12/2018)	861 834,98	5 001 504,48	5 863 822,47	11 727 161,93
DEPRECIACÕES ACUMULADAS				
Saldo inicial (01/01/2018)		2 610 952,27	3 169 591,30	5 780 543,57
Depreciações do exercício		153 585,42	81 643,35	235 228,77
SALDO FINAL (31/12/2018)		2 764 537,69	3 251 234,65	6 015 772,34
VALOR LÍQUIDO EM 31/12/2018	861 834,98	2 236 966,79	2 612 587,82	5 711 389,59

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO ANO DE 2017

	TERRENOS	EDIFÍCIOS	EQUIPAMENTO BÁSICO	TOTAL
ATIVO BRUTO				
Saldo inicial (01/01/2017)	861 834,98	5 001 504,48	5 863 822,47	11 727 161,93
SALDO FINAL (31/12/2017)	861 834,98	5 001 504,48	5 863 822,47	11 727 161,93
DEPRECIACÕES ACUMULADAS				
Saldo inicial (01/01/2017)		2 457 366,85	3 087 947,95	5 545 314,80
Depreciações do exercício		153 585,42	81 643,35	235 228,77
SALDO FINAL (31/12/2017)		2 610 952,27	3 169 591,30	5 780 543,57
VALOR LÍQUIDO EM 31/12/2017	861 834,98	2 390 552,21	2 694 231,17	5 946 618,36

9. IMPARIDADE DE ATIVOS

As perdas por imparidades são reconhecidas pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor e foram calculadas de acordo com a nota 3.6.

O cálculo do reforço da imparidade dos ativos em inventários foi efetuado tendo por base os preços correntes do mercado, para os materiais considerados obsoletos.

EM CLIENTES	SALDO INICIAL	UTILIZAÇÃO	REVERSÃO	REFORÇO	SALDO FINAL
Fornecedores de serviços	1 820 475,42	60 438,40		55 224,57	1 815 261,59
Serviços diversos prestados	256 539,16	28,17		9 604,28	266 115,27
Ocupação via pública/publicidade	47 417,60		20 368,27		27 049,33
EM INVENTÁRIOS	SALDO INICIAL	UTILIZAÇÃO	REVERSÃO	REFORÇO	SALDO FINAL
Materiais diversos	157 761,96		23 434,05		134 327,91
TOTAL	2 282 194,14	60 466,57	43 802,32	69 828,85	2 242 754,10

10. INVENTÁRIOS

O valor dos inventários em balanço inclui a água existente no sistema de abastecimento e uma grande diversidade de materiais e matérias primas, subsidiárias e de consumo, armazenadas para suprir as necessidades dos diversos setores operacionais.

Os inventários em armazém são valorizados nos termos da nota 3.1 e foram sujeitos ao ajustamento indicado na nota 9.

Os inventários referentes a água para abastecimento público são valorizados de acordo com o preço praticado em 31 de dezembro pelo único fornecedor contratual, Águas do Algarve, S.A., empresa gestora do Sistema Multimunicipal.

ARMAZÉM		ÁGUA	
SALDO INICIAL	557 362,83	SALDO INICIAL	21 827,91
Compras	974 508,63	Compras	3 681 513,93
Reclassificações	866 503,17	Regularizações	895 774,16
SALDO FINAL	660 172,59	SALDO FINAL	18 242,12
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	5 195,70	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	2 789 325,56

11. RÉDITO

11.1 VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Os réditos dos serviços prestados de forma continuada, nomeadamente o fornecimento dos serviços prestados e faturados mensalmente através das faturas ambientais (AA, AR e RU) são diferidos no tempo entre a assunção dos encargos e os procedimentos de leitura dos contadores e consequente faturação ao cliente. No presente exercício foi efetuada a especialização desse ciclo de faturação de serviços ambientais correspondente à totalidade do mês de janeiro e a metade do mês de fevereiro.

O rédito é mensurado pelo justo valor da venda de bens e prestação de serviços.

	2018	2017
Água de abastecimento	8 758 863,95	8 925 843,17
Águas residuais	8 213 093,06	7 948 840,10
Resíduos urbanos	5 276 627,49	5 458 792,69
Espaços públicos	840 124,12	845 983,19
Volume de negócios	23 088 708,62	23 179 459,15

11.2 TRABALHOS PARA A PRÓPRIA EMPRESA

As obras que envolvem a movimentação de grandes meios e equipamentos são concursadas e requisitadas a operadores externos especializados. As obras mais correntes são executadas por administração direta, com recursos próprios, e valorizadas de acordo com os seus custos reais

12. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

No exercício foi criada uma provisão para processos judiciais em curso no valor de 53 161, 64 euros.

13. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios ao investimento do governo e entidades equiparadas, bem como os do município, são contabilizados como capitais próprios sendo subsequentemente transferidos para resultados durante a vida útil estimada do respetivo ativo subsidiado e na mesma proporção em que são amortizados.

ENTIDADE	ANOS DE ATRIBUIÇÃO	SALDO 01/01/18	DIMINUIÇÕES	VALOR FINAL
ESTADO-FEDER/PROA				
Ampliação do reservatório da Amoreira	1995/1996	141 659,28	7 082,97	134 576,31
2ª Célula Grande Reserva Chão das Donas	1996/1999	341 550,63	15 525,02	326 025,61
		483 209,91	22 607,99	460 601,92
MUNICÍPIO				
Infraestruturas de saneamento	2003	2 566 275,71	84 240,89	2 482 034,82

14. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis e considera a tributação diferida. O imposto diferido é calculado sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação.

São reconhecidos ativos impostos diferidos na medida em que seja provável que serão gerados lucros futuros para utilização da diferença temporária. Os ativos por impostos diferidos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção durante um período de quatro e cinco anos por parte das autoridades fiscais e da segurança social, respetivamente. O Conselho de Administração da EMARP entende que eventuais correções àquelas declarações, resultantes de inspeções por parte das autoridades competentes, não terão efeitos significativos nas declarações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

	2018	2017
IMPOSTO DO EXERCÍCIO	-309 685,21	-695 298,04
GANHOS DE IMPOSTOS DO EXERCÍCIO RECONHECIDOS NESTE EXERCÍCIO COMO IMPOSTOS DIFERIDOS		
Impostos diferidos com origem em diferenças temporárias		
Reporte de prejuízos anteriormente reconhecidos como impostos diferidos	-3,90	-15,57
RESUMO		
Imposto corrente	-309 681,31	-695 298,04
Imposto diferido	-3,90	-15,57
TOTAL DO PERÍODO	-309 685,21	-695 313,61
DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS QUE ORIGINARAM IMPOSTOS DIFERIDOS		
VALORES REFLETIDOS NO BALANÇO		
Activos por impostos diferidos	0,09	3,81
TOTAL	0,09	3,81

15. MATÉRIAS AMBIENTAIS

O Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho (Diploma da Responsabilidade Ambiental) considera as operações de gestão de resíduos, incluindo a recolha e o transporte, como susceptíveis de causar danos ambientais, pelo que impõe a obrigação de constituir garantias financeiras que permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida. Dado que o mercado financeiro não está em condições de fornecer soluções adequadas, por impossibilidade prática em tipificar, prever ou quantificar o risco, a EMARP assume essa responsabilidade.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1 CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTO

A EMARP recebe anualmente, e até 2025, 450.000 m³ de água como compensação pela cedência de condutas elevatórias e da Estação de Tratamento de Águas das Fontainhas, nos termos da cláusula 3ª do contrato estabelecido em 2000 entre os SMP/EMARP e as Águas do Algarve, SA. Este ativo é valorizado ao preço da água fornecida pela empresa gestora do Sistema Multimunicipal.

16.2 FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO (FCT)

O FCT é um fundo de capitalização individual instituído pela Lei 70/2013 de 30 de agosto que visa garantir aos trabalhadores que tenham celebrado contrato de trabalho após 01.10.2013, metade do valor da compensação a que tenham direito na sequência da cessação do respetivo contrato de trabalho.

Os valores provenientes das entregas mensais são geridos em regime de capitalização pelo Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P. (IGFCSS) e convertido em unidades de participação.

17. GASTOS COM O PESSOAL

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais foram as seguintes:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	2018	2017
Presidente	0,00	0,00
Administradores não executivos	0,00	0,00
Administrador executivo	0,00	0,00
FISCAL ÚNICO	2018	2017
Revisor oficial de contas	11 924,88	8 943,66

Não existem quaisquer incompatibilidades e impedimentos dos membros do Conselho de Administração nas suas relações pessoais com a empresa para além da normal qualidade de cliente.

O número de pessoas ao serviço da empresa, de acordo com a sua situação, foi a seguinte:

SITUAÇÃO	MÉDIA ANUAL	2018	2017
Quadro da EMARP	355	361	361
Contratados da EMARP	4	3	6
Quadro do Município	10	10	10
TOTAL	369	374	377

Na demonstração dos fluxos de caixa, os pagamentos ao pessoal estão registados pelos valores líquidos.

Os custos com o pessoal foram os seguintes:

REMUNERAÇÕES DO PESSOAL	2018	2017
Vencimento base	4 107 856,74	3 764 079,82
Subsídio de férias e natal	738 275,63	684 114,88
Trabalho extraordinário	66 783,21	41 024,42
Trabalho em regime de prevenção	23 355,40	22 895,68
Trabalho em regime de serviço noturno	79 078,40	69 678,00
Abono para falhas	8 178,18	7 075,84
Alimentação, alojamento deslocações e ajudas de custo	4 324,84	1 082,97
Subsídio de disponibilidade	53 578,70	53 739,76
Subsídio insalubridade e risco	84 439,38	79 213,33
Subsídio de turnos	4 900,00	5 798,32
Subsídio de isenção de horário	2 828,59	0,00
Subsídio de refeição	532 081,28	511 885,43
Encargos com a saúde	35 595,08	23 847,13
Outros encargos com a saúde	3 121,34	1 459,13
Subsídio por morte	0,00	214,93
Subsídio parental	325,64	646,70
BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO		
Pensões de aposentação	2 348,78	465,40
INDEMNIZAÇÕES		
Complemento por caducidade do contrato	182,43	91,21
ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES		
Segurança social	971 815,16	879 792,26
Caixa geral de aposentações	318 274,43	278 348,42
Serviço nacional de saúde	102 472,47	202 386,66
SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS E DOENÇAS PROFISSIONAIS	76 243,80	75 705,22
CUSTOS DE AÇÃO SOCIAL		
Consultas e exames médicos	18 095,00	18 095,00
Medicamentos e fármacos	86,46	125,91
Refeitório do pessoal	53 990,85	50 631,45
Grupo desportivo	5 225,00	5 775,00
Material médico	735,40	893,98
OUTROS GASTOS COM O PESSOAL		
Equipamento de protecção pessoal e fardamento	49 584,29	47 236,63
Cursos e formação interna	787,05	592,12
Formação e cursos externos	17 283,14	25 505,93
Outras despesas	35,10	13 270,01
TOTAL	7 361 881,77	6 865 671,54

18. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS

Nas perdas em inventários são registados os valores correspondentes à valorização do volume de água não faturada. Nos rendimentos suplementares estão consideradas as verbas respeitantes a alugueres de equipamentos, enquanto na rubrica da outros ganhos são evidenciados, entre outros, os valores referentes à quota parte amortizada dos subsídios de compensação ao investimento.

OUTROS GASTOS E PERDAS	2018	2017
Impostos	71 525,43	61 148,96
Dívidas incobráveis	3 403,07	2 909,50
Perdas em inventários	901 204,44	1 005 300,25
Outros gastos e perdas em investimentos não financeiros	28 056,90	23 929,42
Outros gastos	80 643,70	9 570,63
TOTAL	1 084 833,54	1 102 856,76

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	2018	2017
Rendimentos suplementares	123 686,53	110 427,22
Descontos obtidos de fornecedores	5 079,03	1 060,78
Ganhos em inventários	14 103,98	24 732,11
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	126 073,72	147 108,12
Outros ganhos	875 958,25	828 626,72
TOTAL	1 144 901,51	1 111 954,95

19. CONTAS DE RESPONSABILIDADE

	2018	2017
Faturas de serviços ambientais em cobrança	2 700 994,35	2 851 877,92
Faturas de serviços diversos em cobrança	285 169,88	282 324,21
Facturas de publicidade e ocupação de via pública	173 312,38	147 461,15
Garantias bancárias prestadas por terceiros	511 743,62	554 940,28
	3 671 220,23	3 836 603,56

20. OUTROS ATIVOS TRANSFERIDOS

Os ativos fixos tangíveis entregues ou compartilhados por particulares são contabilizados como capitais próprios, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados com a vida útil estimada do ativo respetivo.

	ANOS DE ATRIBUIÇÃO	SALDO 01/01/2018	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	REGULARIZAÇÕES	VALOR FINAL
Rede de distribuição de água	1998/2018	2 810 711,46	41 390,39	208 519,47		2 643 582,38
Conduitas de água	1995/2006	523 225,37		14 397,67		508 827,70
Rede de colectores de águas residuais	2001/2018	2 774 819,90	28 004,70	204 216,34		2 598 608,26
Conduitas elevatórias de saneamento	2002	35 982,56		1 058,31		34 924,25
Interceptores gravíticos de saneamento	2002	15 607,13		459,03		15 148,10
Estações elevatórias de águas residuais	2002/2008	26 815,88		4 828,96		21 986,92
Reservatórios de água	2003	53 056,71		1 515,90		51 540,81
Ilhas ecológicas	2009/2018	494 139,88	116 978,31	113 992,36	49 015,43	448 110,40

21. DIFERIMENTOS E OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR

Desagregando estas contas, refira-se que está inscrito nos outros devedores o montante dos instrumentos financeiros referidos na nota 16, enquanto nos outros credores estão registadas as cauções prestadas por fornecedores, assim como a alteração referente aos impostos diferidos mencionada na nota 14.

	2018	2017		2018	2017
Faturação a receber	2 270 637,64	2 073 031,26	Fornecedores de investimento	256 432,55	166 498,44
Outros acréscimos de rendimento	109 873,72		Remunerações a liquidar	900 570,86	827 903,46
Ativos por impostos diferidos		3,81	Outros acréscimos de gastos	22 576,69	16 565,90
Pessoal	15 344,74		Pessoal		1 437,05
Outros devedores	1 671 115,05	1 715 358,89	Passivos por Impostos Diferidos	2 084 707,36	2 054 607,35
Gastos a reconhecer	53 730,36	58 294,46	Accionistas/Sócios	4 769 950,39	4 769 950,39
	4 120 701,52	3 846 688,42	Outros credores	157 817,48	163 546,72
				8 192 055,33	8 000 509,31

22. COBRANÇAS DUVIDOSAS

As imparidades referentes aos clientes de cobrança duvidosa, foram reconhecidas de acordo com a nota 9.

	2018	2017
Clientes gerais fornecimento de serviços	1 815 261,59	1 820 475,42
Clientes gerais serviços diversos	266 115,27	256 539,16
Clientes espaços públicos	27 049,33	47 417,60
TOTAL	2 108 426,19	2 124 432,18

Já foi recebido por conta de clientes em execuções fiscais o montante de 253 150,59 euros, abatido a clientes.

23. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Os valores ativos indicados nesta conta referem-se essencialmente às retenções, aos pagamentos por conta de IRC e ao IVA.

	2018	2017		2018	2017
Imposto sobre rendimento	603 984,79	509 889,28	Imposto sobre o rendimento	309 681,31	695 298,04
603 984,79	509 889,28		Retenção de impostos sobre o rendimento	43 892,00	42 562,62
			Imposto sobre o valor acrescentado	61 483,13	43 867,04
			Contribuições para a segurança social	127 502,15	127 612,25
			Outras tributações	1 631,02	1 292,20
				544 189,61	910 632,15

De acordo com o conhecimento da EMARP, não existem dívidas da empresa ao estado ou a outros entes públicos.

24. CAPITAL PRÓPRIO

24.1 CAPITAL REALIZADO

O capital social da EMARP é detido, na sua totalidade, pelo Município de Portimão e está integralmente realizado.

24.2 RESERVAS LEGAIS

A reserva legal existente foi constituída nos termos do artigo 29º dos estatutos da EMARP.

24.3 OUTRAS RESERVAS

O montante registado nesta conta refere-se à reserva para fins sociais, constituída nos termos do artigo 29º dos citados estatutos.

24.4 RESULTADOS TRANSITADOS

A decomposição dos valores expressos na conta de resultados transitados é a seguinte:

	2018	2017
Resultados transitados SNC	-223 959,87	-223 959,87
Resultados transitados de exercícos anteriores	3 491 899,79	2 324 635,01
Ajustamentos de transição realizados	533 652,03	474 357,36
Ajustamentos de transição não realizados	415 062,71	474 357,38
	4 216 654,66	3 049 389,88

25. FORNECEDORES

O saldo da rubrica é composto pelos valores em dívida a fornecedores de conta corrente em 31 de dezembro de 2018. A posição da dívida que excede o prazo de vencimento (60 dias) é a seguinte:

ESTRUTURA DA DÍVIDA EM DIAS

NATUREZA DOS BENS E SERVIÇOS	60-90	90-120	120-180	180-360	> 360*
Veículos automóveis e motociclos	0	1	0	0	1
Trabalhos especializados	0	0	0	0	16
Outros bens e serviços	0	0	1	0	11
TOTAL	0	1	1	0	28

* dívida em processo de contestação

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE
2018	34 dias	44 dias	51 dias	54 dias

26. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os custos dos fornecimentos e serviços externos foram os seguintes.

	2018	2017
Subcontratos	4 489 313,10	3 856 621,06
Serviços especializados	2 654 263,39	2 507 373,13
Materiais	32 669,22	34 744,12
Energia e fluidos	795 203,24	756 999,94
Deslocações, estadas e transportes	5 775,12	4 295,49
Serviços diversos	507 353,13	504 672,42
TOTAL	8 484 557,20	7 664 706,16

27. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Os subsídios registados foram concebidos pelo Município, no âmbito do contrato-programa afeto às tarifas sociais.

28. MOVIMENTOS DE TESOURARIA EFETUADOS NA GERÊNCIA

RECEBIMENTOS - ENTRADA DE FUNDOS

SALDO INICIAL

Caixa	54 816,38	
Depósitos bancários	9 372 626,96	9 427 443,34

RECEITAS

Faturas de clientes	19 884 298,17	
Cobrança de documentos	4 491 928,23	
	33 803 669,74	

DOCUMENTOS - ENTRADA NA TESOURARIA

SALDO INICIAL

Documentos em cofre	2 881 629,88	
---------------------	--------------	--

DÉBITOS

Remessa de documentos	4 543 937,59	
	7 425 567,47	

PAGAMENTOS - SAÍDA DE FUNDOS

DESPESAS

Ordens de pagamento	24 397 653,79	
---------------------	---------------	--

SALDO FINAL

Caixa	64 513,08	
Depósitos bancários	9 341 502,87	9 406 015,95
	33 803 669,74	

DOCUMENTOS - SAÍDA DA TESOURARIA

CRÉDITOS

Documentos cobrados	4 491 928,23	
Documentos anulados	66 014,82	4 557 943,05

SALDO FINAL

Documentos em cofre	2 867 624,42	
	7 425 567,47	

29. BALANÇO COMPARATIVO COM OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Os instrumentos de Gestão Previsional são o resultado duma previsão efetuada em meados de 2017 com os dados disponíveis nessa data.

No caso do balanço essa previsão foi realizada com um ano e meio de antecipação, pelo que a comparabilidade dos atos reflete esse condicionalismo.

RUBRICAS	31 DEZEMBRO 2018	PREVISIONAL 2018
ATIVO		
ATIVO NÃO CORRENTE		
Outros investimentos financeiros	8 755	3 311
Ativos fixos tangíveis	32 503 672	36 886 880
Propriedades de investimento	5 711 390	5 711 390
Ativos intangíveis	37 039	81 681
Créditos a receber	1 271 700	
	39 532 556	42 683 262
ATIVO CORRENTE		
Inventários	544 087	556 212
Clientes	797 900	1 138 016
Estado e outros entes públicos	603 984	251 280
Outros créditos a receber	2 795 271	3 868 396
Diferimentos	53 730	25 174
Caixa e depósitos bancários	9 406 016	5 016 370
	14 200 988	10 855 448
TOTAL DO ACTIVO	53 733 544	53 538 710
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital realizado	30 000 000	30 000 000
Reservas legais	529 841	518 828
Outras reservas	81 260	81 259
Resultados transitados	4 216 655	2 587 237
Outras variações do capital próprio	7 186 461	8 178 087
Resultado líquido do período	1 140 471	950 215
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	43 154 688	42 315 626
PASSIVO		
PASSIVO NÃO CORRENTE		
Provisões	53 162	
Outras dívidas a pagar	6 084 707	5 768 879
	6 137 869	5 768 879
PASSIVO CORRENTE		
Fornecedores	1 789 450	2 155 597
Estado e outros entes públicos	544 189	533 675
Outras dívidas a pagar	2 107 348	2 764 933
	4 440 987	5 454 205
TOTAL DO PASSIVO	10 578 856	11 223 084
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	53 733 544	53 538 710

30. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS COMPARATIVA COM OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

A demonstração de resultados por naturezas também reflete os condicionalismos relativos à sua comparabilidade com um documento previsional efetuado na data referenciada no número anterior.

DESCRIÇÃO	2018	
	EXECUÇÃO	PREVISÃO
Vendas e serviços prestados	23 088 709	24 203 473
Subsídios à exploração	73 513	80 639
Trabalhos para a própria entidade	76 708	88 636
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-2 794 521	-3 526 588
Fornecimentos e serviços externos	-8 484 557	-8 528 128
Gastos com o pessoal	-7 361 882	-7 797 843
Imparidades (perdas/reversões)	-21 008	-253 159
Provisões (aumentos/reduções)	-53 162	
Outros rendimentos e ganhos	1 144 902	1 002 039
Outros gastos e perdas	-1 084 834	-1 103 187
RESULTADO ANTES DE DEPRECIÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	4 583 868	4 165 882
Gastos/reversões de depreciação e amortizações	-3 133 711	-2 955 417
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	1 450 156	1 210 465
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	1 450 156	1 210 465
Imposto sobre o rendimento	-309 685	-260 250
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	1 140 471	950 215

31. PLANO DE INVESTIMENTOS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	DIREÇÃO	PREVISÃO INICIAL				PREVISÃO FINAL (euros)	EXECUÇÃO FINAL			
			INÍCIO	FIM	FINANCIAMENTO DEFINIDO (euros)	FASE DE EXECUÇÃO		EXECUÇÃO FINAL	DIFERENÇA PREV/EXEC	% EXEC	FASE EXECUÇÃO
94/001	Construção e grande reparação da rede de AA	DAS	S/R	S/R	225 000	S/R	180 000	80 728	99 272	44,85	S/R
94/002	Implantação e grande reparação de condutas de AA	DAS	S/R	S/R	50 000	S/R	50 000		50 000	0,00	S/R
94/003	Máquinas e aparelhagem diversa	GERAL	S/R	S/R	250 000	S/R	270 000	141 827	128 173	52,53	S/R
94/004	Aparelhagem de medida e controlo	DAS	S/R	S/R	200 000	S/R	335 000	173 124	161 876	51,68	S/R
94/006	Material de informática	DMQ	S/R	S/R	30 000	S/R	30 000	13 176	16 824	43,92	S/R
94/007	Material de transporte e equipamento rolante	DRLU	S/R	S/R	2 000 000	S/R	1 988 000	1 138 306	849 694	57,26	S/R
94/008	Mobiliário de escritório	DMQ	S/R	S/R	10 000	S/R	10 000	4 291	5 709	42,91	S/R
94/010	Programas de informática	DMQ	S/R	S/R	5 000	S/R	5 000	2 462	2 538	49,24	S/R
94/011	Terrenos para a instalação de equipamentos	GERAL	S/R	S/R	100	S/R	100		100	0,00	S/R
00/113	Distribuição de água para espaços verdes	DAS	jan 00	dez 21	100	1	100		100	0,00	1
01/118	Construção e grande reparação de canais de AR	DAS	S/R	S/R	50 000	S/R	35 000		35 000	0,00	S/R
01/119	Implantação grande reparação condutas pluviais descarregadores	DAS	S/R	S/R	50 000	S/R	35 000		35 000	0,00	S/R
01/121	Implantação e grande reparação de condutas elevatórias de AR	DAS	S/R	S/R	25 000	S/R	25 000		25 000	0,00	S/R
01/122	Construção e grande reparação de colectores e redes de AR	DAS	S/R	S/R	125 000	S/R	125 000	34 497	90 503	27,60	S/R
02/145	Aquisição de equipamentos para RU/Ilhas Ecológicas	DRLU	jan 02	dez 21	150 000	7	150 000	69 821	80 179	46,55	7
03/163	Aquisição de caminhos de varredura	DRLU	jan 03	dez 21	300	8	300		300	0,00	8
03/165	Aquisição de contentores de RU de superfície	DRLU	fev 03	dez 21	8 000	5	20 000	1 033	18 967	5,17	5
03/166	Aquisição de equipamento para as oficinas de RU	DRLU	mar 03	dez 21	2 500	5	2 500	1 138	1 362	45,52	6
04/174	Telemetria de viaturas e equipamento de deposição de RU	DRLU	jan 04	dez 21	200 000	0	200 000		200 000	0,00	0
04/178	Remodelação infra-estruturas AA/AR na zona do Bairro Pontal	DAS	jan 04	dez 21	100	1	100		100	0,00	1
04/185	Remodelação das infra-estruturas AA/AR na Pedra Mourinha	DAS	jan 04	dez 21	100	1	100		100	0,00	1
04/188	Remodelação da rede de drenagem de AR de Alvor	DAS	jan 04	dez 21	100	1	100		100	0,00	1
04/190	Remodelação das infra-estruturas AA/AR na Rua de Olivença	DAS	jan 04	dez 21	100	2	100		100	0,00	2
08/227	Remod infra-estruturas de AA/AR na Rua D. Alfonso Henriques	DAS	jan 08	dez 19	400 000	2	400 000		400 000	0,00	2
08/240	Remod infra-estruturas AA/AR nas vias estruturantes do Município	DAS	jan 08	dez 21	100	0	100		100	0,00	0
08/242	Remod infra-estrut zona AA/AR ruas Praia da Rocha (Ant Feu, F Bivar, Praceta Alfonso Albuquerque)	DAS	jan 08	dez 21	100	1	100		100	0,00	1
10/250	Remodelação geral do reservatório de Monte Canelas	DMQ	jan 10	dez 19	20 000	1	20 000		20 000	0,00	1
10/256	Remodelação das infra-estruturas AA/AR nos Três Bicos	DAS	mar 10	dez 19	280 000	2	280 000	237 066	42 934	84,67	9
10/257	Remodelação infra-estruturas AA/AR na Avenida S. João de Deus	DAS	jan 10	dez 21	100	2	100		100	0,00	2
11/268	Remodelação infra-estruturas AA/AR no Largo Gil Eanes	DAS	jan 11	dez 21	100	2	100		100	0,00	2
11/272	Exec infra-est AA/AR ruas Bento de Jesus Caraça/Heróis Restauração	DAS	mai 11	dez 21	100	0	100		100	0,00	0
14/281	Ampliação do sistema de telegestão das AA	DMQ	jan 14	dez 21	50 000	0	80 000	69 252	10 748	86,57	0
14/282	Remodelação infra-estruturas AA/AR na via V3	DAS	jan 15	dez 18	0	9	5 000	2 269	2 731	45,38	10
15/287	Fornecimento e instalação de sistema de controlo estacionamento	DEP	abr 15	mai 19	168 000	1	168 000		168 000	0,00	1
15/290	Instalação de painéis fotovoltaicos para a produção de energia	DMQ	jan 16	dez 18	45 000	3	45 000	35 648	9 352	79,22	10
15/293	Criação de Zonas Medição Controlo na rede de distribuição de AA	DAS	jan 16	dez 21	50 000	1	50 000	1 789	48 211	3,58	1
15/294	Execução de conduta alternativa abastecimento de AA à Penina	DAS	jan 16	dez 18	100	1	100		100	0,00	1
17/296	Remodelação de infra-estruturas AA/AR na Mexilhoeira Grande	DAS	jan 17	dez 19	250 000	4	250 000	170 619	79 381	68,25	9
17/297	Remodelação infra-estruturas AA/AR na Figueira	DAS	jan 17	dez 21	300 000	0	245 000		245 000	0,00	0
17/298	Execução da rede de AR no Rasmalho	DAS	jan 17	dez 21	25 000	0	25 000		25 000	0,00	0
17/299	Execução infra-estruturas abastecimento AA Montes de Gima	DAS	jan 17	dez 21	100	0	100		100	0,00	0
17/300	Execução infra-estruturas abastecimento AA à Pereira	DAS	jan 17	dez 21	100	0	100		100	0,00	0
17/301	Remod infra-estruturas AA/AR Coca Maravilhas, Bairro do Progresso	DAS	jan 17	dez 21	100	0	100		100	0,00	0
17/302	Execução infra-estruturas aa/AR via V3 (Alvor)	DAS	jan 17	dez 21	100	0	100		100	0,00	0
17/303	Exec infra-estruturas AA/AR antiga 125 (Chão das Donas/Cabeço do Mocho)	DAS	jan 17	dez 21	100	0	100		100	0,00	0
17/304	Execução infra-estruturas de AA/Pluvial no Vale da Arrancada	DAS	jan 17	dez 21	100	0	100		100	0,00	0
17/305	Remod infra-estruturas AA/AR estrada Alvor V7/Marachique	DAS	jan 17	dez 21	100	0	100		100	0,00	0
17/307	Remod infra-estruturas AA/AR no Largo da Igreja Matriz Portimão	DAS	jan 17	dez 19	100 000	1	10 000		10 000	0,00	1
17/308	Execução infra-estruturas AR na Urbanização Colina Mourisca	DAS	jan 17	dez 19	140 000	1	170 000		170 000	0,00	5
18/309	Remod infra-estruturas AA/AR Montes de Alvor	DAS	jan 18	dez 19	120 000	0	120 000		120 000	0,00	0
18/310	Construção de bolsas de estacionamento	DEP	jan 18	dez 19	100 000	0	100 000	22 733	77 267	22,73	5
TOTAL:					5 430 700		5 430 700	2 199 779	3 230 921	40,51	

FASE DE EXECUÇÃO

- 0 » Não iniciada
- 1 » Com projecto em elaboração
- 2 » Apenas com projecto elaborado
- 3 » Com concurso aberto
- 4 » Adjudicada, mas sem execução física
- 5 » Execução física de 1 a 24%
- 6 » Execução física de 25 a 49%
- 7 » Execução física de 50 a 74%
- 8 » Execução física de 75 a 99%
- 9 » Concluída, mas com acções executadas por pagar
- 10 » Obra terminada
- S/R » Acções em que não é relevante o estado de adiamento

FASE DE EXECUÇÃO

- DARH » Direção Administrativa e de Recursos Humanos
- DAS » Direção de Água e Saneamento
- DCF » Direção Comercial e Financeira
- DEP » Direção de Espaços Públicos
- DMQ » Direção de Manutenção e Qualidade
- DRLU » Direção de Resíduos e Limpeza Urbana
- GERAL » Engloba várias/todas as Direções

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



ÁGUAS DE
ABASTECIMENTO



ÁGUAS
RESIDUAIS



RESÍDUOS URBANOS
E LIMPEZA URBANA



ESTACIONAMENTO



Ocupação da
VIA PÚBLICA



Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Isabel Paiva
Miguel Galvão
Anabela Peres
José Luís Nunes
Nuno Tavares
Johnny Laurência

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Srs. Acionistas

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias submetemos à Vossa apreciação o relatório da nossa ação fiscalizadora, bem como o parecer sobre as Demonstrações Financeiras apresentadas pela Administração de **EMARP – Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão, E.M., S.A.**, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

1. RELATÓRIO

No decurso do exercício, acompanhamos a atividade da empresa através do contacto regular com a administração, do exame dos documentos e registos e das informações e esclarecimentos prontamente prestados pelos seus diferentes órgãos e serviços.

O relatório da Administração satisfaz os requisitos legais e estatutários, refletindo fiel e claramente a evolução dos negócios, os problemas e perspetivas da Sociedade. Igualmente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa, e o respetivo Anexo estão organizados conforme as disposições legais.

Os critérios valorimétricos adotados constam do anexo às demonstrações financeiras e conduzem a uma correta avaliação do património da empresa e dos resultados do período.

Referimos como parte integrante deste parecer a Certificação Legal das Contas, emitida nesta data, a qual não contém qualquer reserva ou ênfase.

2. PARECER

Assim e como resultado das informações recebidas e das verificações efetuadas, somos de parecer que sejam aprovados o Relatório da Administração e os restantes elementos de prestação de contas respeitantes ao exercício de 2018, bem como a proposta da aplicação de resultados.

Faro, 27 de março de 2019

O Fiscal Único

Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados, SROC, Lda

Representada por:

ISABEL PAIVA, MIGUEL GALVÃO & ASSOCIADOS, LDA.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Johnny Viegas Laurencia (ROC n.º 1687)

SROC Inscrita como Auditor na CMVM sob o n.º 20161400

ROC Inscrito como Auditor na CMVM sob o n.º 20161297

Sede: Largo Alberto Sampaio, 3 A – 2795-007 Linda-a-Velha – Tel. 214 146 210 – Fax 214 146 219
Delegação Algarve: Rua Dr. José de Matos, n.º 19 – 8000-503 Faro – Tel. 289 894 949 – Fax 289 894 946
Delegação Alentejo: Rua 5 de Outubro, n.º 43 – 2.º - 7300 – 133 Portalegre – Tel. 245 609 358 – Fax 245 309 030
Delegação Açores: Rua Conselheiro Terra Pinheiro, n.º 16 - 9900 – 037 Horta – Tel. 292 392 601 – Fax 292 392 601
SROC n.º 64 – CS 7.000 Euros – C.R.C. Cascais – Matrícula/NIF n.º 502 215 399 - Inscrição n.º 20161400 na CMVM – www.ipsroc.pt



Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Isabel Paiva
Miguel Galvão
Anabela Peres
José Luís Nunes
Nuno Tavares
Johnny Laurência

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **EMARP – Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão, E.M., S.A.**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 53.733.544 euros e um total de capital próprio de 43.154.688 euros, incluindo um resultado líquido de 1.140.471 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **EMARP – Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão, E.M., S.A.** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

Sede: Largo Alberto Sampaio, 3 A – 2795-007 Linda-a-Velha – Tel. 214 146 210 – Fax 214 146 219
Delegação Algarve: Rua Dr. José de Matos, n.º 19 – 8000-503 Faro – Tel. 289 894 949 – Fax 289 894 946
Delegação Alentejo: Rua 5 de Outubro, n.º 43 – 2.º – 7300 – 133 Portalegre – Tel. 245 609 358 – Fax 245 309 030
Delegação Açores: Rua Conselheiro Terra Pinheiro, n.º 16 - 9900 – 037 Horta – Tel. 292 392 601 – Fax 292 392 601
SROC n.º 64 – CS 7.000 Euros – C.R.C. Cascais – Matrícula/NIF n.º 502 215 399 - Inscrição n.º 20161400 na CMVM – www.ipsroc.pt



Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Isabel Paiva
Miguel Galvão
Anabela Peres
José Luís Nunes
Nuno Tavares
Johnny Laurência

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

Sede: Largo Alberto Sampaio, 3 A – 2795-007 Linda-a-Velha – Tel. 214 146 210 – Fax 214 146 219
Delegação Algarve: Rua Dr. José de Matos, n.º 19 – 8000-503 Faro – Tel. 289 894 949 – Fax 289 894 946
Delegação Alentejo: Rua 5 de Outubro, n.º 43 – 2.º - 7300 – 133 Portalegre – Tel. 245 609 358 – Fax 245 309 030
Delegação Açores: Rua Conselheiro Terra Pinheiro, n.º 16 - 9900 – 037 Horta – Tel. 292 392 601 – Fax 292 392 601
SROC n.º 64 – CS 7.000 Euros – C.R.C. Cascais – Matrícula/NIF n.º 502 215 399 - Inscrição n.º 20161400 na CMVM – www.ipsroc.pt



Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Isabel Paiva
Miguel Galvão
Anabela Peres
José Luís Nunes
Nuno Tavares
Johnny Laurência

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Faro, 27 de março de 2019

Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

ISABEL PAIVA, MIGUEL GALVÃO & ASSOCIADOS, LDA.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por:
Johnny Viegas Laurencia (ROC n.º 1687)
SROC Inscrita como Auditor na CMVM sob o n.º 20161400
ROC Inscrito como Auditor na CMVM sob o n.º 20161297

APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL



ÁGUAS DE ABASTECIMENTO



ÁGUAS RESIDUAIS



RESÍDUOS URBANOS E LIMPEZA URBANA



ESTACIONAMENTO



Ocupação da Via Pública

João António
Ferreira
Birrento
Seródio Rosa

Assinado de forma
digital por João
António Ferreira
Birrento Seródio Rosa
Dados: 2019.04.03
16:31:56 +01'00'



EMARP – Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão, E.M.,S.A.
Rua José António Marques, 17 Portimão
Capital social 30.000.000,00€ - NIPC 505 322 730

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EXTRATO DA ATA Nº 01/2019

Aos 29 dias do mês de março do ano de dois mil e dezanove, pelas 16h00 horas, na sede social da EMARP,EM,SA (EMARP) pessoa colectiva nº 505322730, sita na rua José António Marques nº17 em Portimão, realizou-se a Assembleia Geral (AG) da EMARP, EM, SA convocada por manifesta vontade do representante do Município de Portimão, nos termos do nº 6 do artigo 12 dos Estatutos da EMARP, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1: Discutir e deliberar sobre o Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2018

Ponto 2: Deliberar sobre a proposta de aplicação de Resultados de 2018

Ponto 3: Avaliação de desempenho do Conselho de Administração

Esteve presente na reunião o sócio município de Portimão, com 100% do Capital Social, representado por Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila, designado nos termos do nº 2 do artigo 26 da lei 50/2012 de 31 de Agosto e do artigo 11 dos estatutos da EMARP, fazendo prova dessa qualidade e estando assim representada a totalidade do Capital Social.



EMARP – Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão, E.M., S.A.
Rua José António Marques, 17 Portimão
Capital social 30.000.000,00€ - NIPC 505 322 730

Ponto 1: Discutir e deliberar sobre o Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2018

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao representante do accionista único, que propôs a aprovação de Relatório de Gestão e Contas, relativo ao exercício de 2018.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, após confirmação de que nenhum dos presentes pretendia usar a palavra, submeteu, nos termos da alínea h) do nº1 do artigo 13º dos Estatutos da EMARP, a proposta do accionista único à votação, tendo esta sido aprovada por unanimidade, pelo que a Assembleia Geral aprovou o Relatório de Gestão e Contas do Exercício 2018.

DOCUMENTOS

Relatório e Contas 2018

Ponto 2: Deliberar sobre a proposta de aplicação de Resultados de 2018

Passando ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa leu a deliberação do Conselho de Administração de 27 de março, a qual se transcreve na íntegra:

Em conformidade com o disposto na alínea f) do nº 1 do artigo 18 dos Estatutos da EMARP, o Conselho de Administração deliberou submeter o Relatório e Contas do exercício de 2018 à Assembleia Geral propondo a seguinte aplicação dos resultados líquidos positivos de 1.140.471,22 €.

- a) Constituição de uma Reserva Legal no valor de 5% do resultado líquido do exercício, no montante de 57.023,56 €, nos termos do nº 1 e do nº 2 do artigo 29 e da alínea b) do nº 1 do artigo 30 dos Estatutos da EMARP;
- b) Distribuição de dividendos ao acionista único Município, no montante de 450.000,00 €, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 30 dos Estatutos da EMARP;
- c) Transferência do remanescente do resultado líquido do exercício, no valor de 633.447,66 € para Resultados Transitados.

Após a confirmação de que nenhum dos presentes pretendia usar a palavra, o Senhor Presidente da mesa submeteu, nos termos da alínea h) do nº1 do artigo 13º dos Estatutos da EMARP, a proposta de aplicação dos resultados líquidos do Conselho de Administração à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

DOCUMENTOS

Deliberação 1/AIG da Reunião ordinária do Conselho de Administração de 27 de março de 2018

Está conforme o original



Rua José António Marques, 17
Apartado 318 | 8501-953 Portimão
Telefone 282 400 260 | Fax 282 400 269
geral@emarp.pt | www.emar.pt